TEXTO DE APOIO PARA OS ALUNOS

10ª Classe – 2º Ciclo

FILOSOFIA

Ministério da Educação
Cultura e Formação

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL

IMVF Instituto Marquês de Valle Flôr ONGD

escola+ Educação para Todos

ÍNDICE

- **Introdução à Filosofia e ao filosofar**

  - O que é a Filosofia?
    - Tentativa de definição da Filosofia
    - Objecto e método da Filosofia
    - Um exemplo do que é (fazer) filosofia
    - Características importantes da Filosofia

  - Quais são as questões da Filosofia?
    - Natureza das questões filosóficas
    - Áreas da filosofia

  - Como se faz filosofia?
    - Operações do trabalho filosófico
      - ✓ Conceptualizar
      - ✓ Definir
      - ✓ Argumentar

  - Porquê estudar Filosofia?

- **Lógica Formal**

  - Definição de Lógica
    - Definição de Lógica
    - Importância da Lógica
    - Lógica formal e informal

  - Noções básicas de Lógica
    - Princípios lógicos
    - Instrumentos lógicos
      - ✓ Conceito e termo
      - ✓ Juízo e proposição
      - ✓ Raciocínio e argumento

  - Distinção verdade-validade
    - Noções de verdade e de validade
    - Validade dos argumentos dedutivos
    - Validade dos argumentos não dedutivos

  - Formas de inferência válida – Lógica aristotélica
    - Lógica aristotélica
    - O silogismo categórico
      - ✓ O silogismo
      - ✓ Figuras do silogismo
      - ✓ Modos do silogismo
      - ✓ Regras de validade

- **Lógica Informal**

  - Domínio da argumentação
    - A necessidade da argumentação
    - Distinção entre demonstração e argumentação
    - Procura de adesão do auditório – *ethos*, *pathos* e *logos*

  - Falácias informais
    - O que é uma falácia?
    - Distinção entre falácias formais e falácias informais
    - Alguns exemplos de falácias informais

- **Filosofia do Conhecimento**

  - Estrutura do acto de conhecer
    - O que é a filosofia do conhecimento?
    - Tipos de conhecimento
    - A definição do conhecimento proposicional – Crença, Verdade e Justificação
    - Fontes de conhecimento

  - Análise de duas teorias explicativas do conhecimento
    - O problema da justificação do conhecimento
    - O cepticismo
    - A resposta fundacionista
      - ✓ O racionalismo de Descartes
      - ✓ O emprirismo de Hume

- **Bibliografia**

Introdução à Filosofia e ao filosofar

1. O que é a Filosofia?

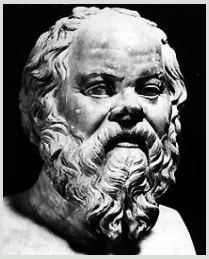
Tentativa de definição da Filosofia

Será muito mais fácil responder a esta pergunta no final do ano lectivo, tal como é mais fácil saber o que é a biologia ou a geografia depois de as termos estudado. Mas é importante saber desde já alguma coisa sobre a filosofia. Como nunca estudaste filosofia na escola, talvez tenhas uma ideia vaga ou até errada sobre o assunto. Ou talvez não tenhas ideia nenhuma. Como é natural, ficarás a saber melhor o que é a filosofia depois de a teres estudado correctamente. Mas é conveniente dar-te já uma ideia do que é a filosofia. Deste modo, poderás orientar-te melhor na disciplina.

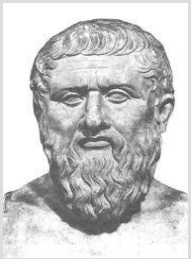
O que é a filosofia? Esta é uma questão notoriamente difícil. Uma das formas mais fáceis de responder é dizer que a filosofia é aquilo que os filósofos fazem, indicando de seguida os textos de Platão, Aristóteles, Descartes, Hume, Kant, Russell, Wittgenstein, Sartre e de outros filósofos famosos. Contudo, é improvável que esta resposta possa ser realmente útil se o leitor está a começar agora o seu estudo da filosofia, uma vez que, nesse caso, não terá provavelmente lido nada desses autores. Mas mesmo que já tenha lido alguma coisa, pode mesmo assim ser difícil dizer o que têm em comum, se é que existe realmente uma característica relevante partilhada por todos. Outra forma de abordar a questão é indicar que a palavra «filosofia» deriva da palavra grega que significa «amor da sabedoria». Contudo, isto é muito vago e ainda nos ajuda menos do que dizer apenas que a filosofia é aquilo que os filósofos fazem. Precisamos por isso de alguns comentários gerais sobre o que é a filosofia.

A filosofia é uma actividade: é uma forma de pensar acerca de certas questões. A sua característica mais marcante é o uso de argumentos lógicos. A actividade dos filósofos é, tipicamente, argumentativa: ou inventam argumentos, ou criticam os argumentos de outras pessoas ou fazem as duas coisas. Os filósofos também analisam e clarificam conceitos. A palavra «filosofia» é muitas vezes usada num sentido muito mais lato do que este, para referir uma perspectiva geral da vida ou para referir algumas formas de misticismo. Não irei usar a palavra neste sentido lato: o meu objectivo é lançar alguma luz sobre algumas das áreas centrais de discussão da tradição que começou com os gregos antigos e que tem prosperado no século XX, sobretudo na Europa e na América.

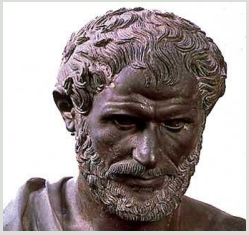
Que tipo de coisas discutem os filósofos desta tradição? Muitas vezes,



Sócrates (469–399 a.C.) foi um filósofo ateniense, um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental.



Platão (c. 348/347 a.C.) foi um filósofo ateniense e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental.



Aristóteles (Estagira, 384 a.C. – Atenas, 322 a.C.) foi um filósofo grego, aluno de Platão. Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, a poesia, o teatro, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia.

examinam crenças que quase toda a gente aceita acriticamente a maior parte do tempo. Ocupam-se de questões relacionadas com o que podemos chamar vagamente «o sentido da vida»: questões acerca da religião, do bem e do mal, da política, da natureza do mundo exterior, da mente, da ciência, da arte e de muitos outros assuntos. Por exemplo, muitas pessoas vivem as suas vidas sem questionarem as suas crenças fundamentais, tais como a crença de que não se deve matar. Mas por que razão não se deve matar? Que justificação existe para dizer que não se deve matar? Não se deve matar em nenhuma circunstância? E, afinal, que quer dizer a palavra «dever»? Estas são questões filosóficas. Ao examinarmos as nossas crenças, muitas delas revelam fundamentos firmes; mas algumas não. O estudo da filosofia não só nos ajuda a pensar claramente sobre os nossos preconceitos, como ajuda a clarificar de forma precisa aquilo em que acreditamos. Ao longo desse processo desenvolve-se uma capacidade para argumentar de forma coerente sobre um vasto leque de temas — uma capacidade muito útil que pode ser aplicada em muitas áreas.

Desde o tempo de Sócrates que surgiram muitos filósofos importantes. Já referi alguns no primeiro parágrafo. Um livro de introdução à filosofia poderia abordar o tema historicamente, analisando as contribuições desses grandes filósofos por ordem cronológica. Mas não é isso que farei neste livro. Ao invés, abordarei o tema por tópicos: uma abordagem centrada em torno de questões filosóficas particulares e não na história. A história da filosofia é, em si mesma, um assunto fascinante e importante; muitos dos textos filosóficos clássicos são também grandes obras de literatura: os diálogos socráticos de Platão, as *Meditações*, de Descartes, a *Investigação sobre o Entendimento Humano*, de David Hume e *Assim Falava Zaratustra*, de Nietzsche, para citar só alguns exemplos, são todas magníficos exemplos de boa prosa, sejam quais forem os padrões que usemos. Apesar de o estudo da história da filosofia ser muito importante, o meu objectivo neste livro é oferecer ao leitor instrumentos para pensar por si próprio sobre temas filosóficos, em vez de ser apenas capaz de explicar o que algumas grandes figuras do passado pensaram acerca desses temas. Esses temas não interessam apenas aos filósofos: emergem naturalmente das circunstâncias humanas; muitas pessoas que nunca abriram um livro de filosofia pensam espontaneamente nesses temas.

Qualquer estudo sério da filosofia terá de envolver uma mistura de estudos históricos e temáticos, uma vez que se não conhecermos os argumentos e os erros dos filósofos anteriores não podemos ter a esperança de contribuir substancialmente para o avanço da filosofia. Sem algum conhecimento da história, os filósofos nunca progrediriam: continuariam a fazer os mesmos erros, sem saber que já tinham sido feitos. E muitos filósofos desenvolvem as suas próprias teorias ao verem o que está errado no trabalho dos filósofos anteriores. Contudo, num pequeno livro como este, é impossível fazer justiça às complexidades da obra de filósofos individuais. As leituras complementares, sugeridas no fim de cada capítulo, ajudam a colocar num contexto histórico mais vasto os assuntos aqui discutidos.

René Descartes (1596 — 1650) foi um filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo por seu trabalho na filosofia e na ciência, mas também obteve reconhecimento matemático por sugerir a fusão da álgebra com a geometria.

David Hume (1711 — 1776) foi um filósofo, historiador e ensaísta escocês que se tornou célebre por seu empirismo radical.

Immanuel Kant (1724 — 1804) foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, indiscutivelmente um dos pensadores mais influentes.

Defende-se por vezes que não vale a pena estudar filosofia uma vez que tudo o que os filósofos fazem é discutir sofisticamente o significado das palavras; nunca parecem atingir quaisquer conclusões de qualquer importância e a sua contribuição para a sociedade é virtualmente nula. Continuam a discutir acerca dos mesmos problemas que cativaram a atenção dos gregos. Parece que a filosofia não muda nada; a filosofia deixa tudo tal e qual.

Qual é afinal a importância de estudar filosofia? Começar a questionar as bases fundamentais da nossa vida pode até ser perigoso: podemos acabar por nos sentir incapazes de fazer o que quer que seja, paralizados por fazer demasiadas perguntas. Na verdade, a caricatura do filósofo é geralmente a de alguém que é brilhante a lidar com pensamentos altamente abstractos [...], mas incapaz de lidar com as coisas práticas da vida: alguém que consegue explicar as mais complicadas passagens da filosofia de Hegel, mas que não consegue cozer um ovo.

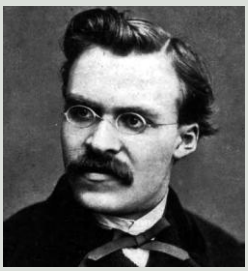
Uma razão importante para estudar filosofia é o facto de esta lidar com questões fundamentais acerca do sentido da nossa existência. A maior parte das pessoas, num ou noutro momento da sua vida, já se interrogou a respeito de questões filosóficas. Por que razão estamos aqui? Há alguma demonstração da existência de Deus? As nossas vidas têm algum propósito? O que faz com que algumas acções sejam moralmente boas ou más? Poderemos alguma vez ter justificação para violar a lei? Poderá a nossa vida ser apenas um sonho? É a mente diferente do corpo, ou seremos apenas seres físicos? Como progride a ciência? O que é a arte? E assim por diante.

WARBURTON, Nigel, *Elementos Básicos de Filosofia* (Lisboa: Gradiva, 2007)

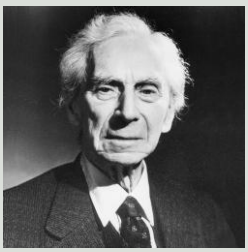
É natural que perante uma disciplina totalmente nova, como é o caso da Filosofia, desejes saber o que ela é, o que estuda e para que serve. A primeira questão remete para a possibilidade de uma **definição**; a segunda para a indicação do **objecto de estudo**; a terceira, para o valor daquilo que se estuda.

Nigel Warburton (1962) é professor universitário, tendo publicado vários livros de divulgação da filosofia. É também autor de obras nas areas da estética e ética aplicada.

Será, então, possível, definir a Filosofia? O certo é que não há uma definição consensual do conceito de Filosofia. Isso não quer dizer que não existam definições. O que não existe é um denominador comum quanto ao conteúdo de uma definição válida para toda a gente. E porquê? Porque a história da filosofia nos revela a sucessão de diversos sistemas, teorias e doutrinas, que foram dando diferentes respostas para os



Friedrich Nietzsche (1844 — 1900) foi um filólogo e influente filósofo alemão do século XIX.



Bertrand Russell (1872 — 1970) foi um dos mais influentes matemáticos, filósofos e lógicos que viveram no século XX.

Ludwig Wittgenstein (1889 — 1951), filósofo austríaco, naturalizado britânico, foi um dos principais filósofos do século XX, sobretudo nos campos da lógica, filosofia da linguagem, filosofia da matemática e filosofia da mente.

Jean-Paul Sartre (1905 — 1980) foi um filósofo, escritor e crítico francês, conhecido representante do existencialismo.

Pitágoras de Samos (c.570 a.C. – 571 a.C.) foi um filósofo e matemático grego.

problemas fundamentais. Ora, cada filósofo não só tenta explicar a realidade segundo o seu ponto de vista, como também define a Filosofia de acordo com as suas próprias explicações da realidade. Para concluir, podemos afirmar que há uma quantidade imensa de definições de Filosofia, mas que nenhuma é totalmente certa ou errada, uma vez que cada filósofo defina a Filosofia a partir da sua própria concepção de Filosofia.

Para que nos seja possível uma aproximação ao conceito de filosofia, vejamos o que nos diz o seu **sentido etimológico**. A palavra Filosofia terá sido pela primeira vez usada por Pitágoras, que se intitulou *filósofo*, porque recusava o nome de *sábio*. As raízes da palavra Filosofia são *filo* (amigo, o que gosta, o que ama, o que deseja) e *sofia* (sabedoria, saber). Então, segundo o seu significado etimológico, Filosofia é o amor da sabedoria, e o filósofo é aquele que ama, que deseja e, sobretudo, que procura a sabedoria.

Laboratório de Filosofia

1. Qual a definição etimológica da filosofia?
2. A filosofia é uma actividade argumentativa. Porquê?
3. Que tipo de coisas discutem os filósofos?
4. Essas coisas que os filósofos discutem, são particulares e relativas ou universais? Justifica.
5. O autor afirma que a capacidade de argumentar pode ser muito útil noutras áreas. Enumera alguns exemplos.

É esta disciplina, que tem uma história tão rica, que vamos estudar ao longo do ano.Mas que tipo de coisa se estuda em filosofia? E como se estuda tal coisa? É isso que vamos ver já de seguida.

Objecto e método da Filosofia

Define-se por vezes as disciplinas em termos de **objecto** e **método**:

- O objecto de estudo da aritmética elementar é as principais propriedades da adição, da subtracção, etc. O seu método é a demonstração matemática.
- O objecto de estudo da biologia é as propriedades dos organismos vivos. O seu método é a observação e a elaboração de teorias que depois são testadas, por vezes em laboratórios.
- A economia estuda as relações económicas. O seu método é a análise de dados estatísticos e a tentativa de produzir modelos explicativos das relações económicas.

Também a **filosofia** tem **um objecto e um método de estudo:**

- A filosofia tem como objecto os conceitos mais básicos que usamos nas ciências, nas artes, nas religiões e no dia-a-dia. A filosofia estuda conceitos como os seguintes: o bem moral, a arte, o conhecimento, a verdade, a realidade, etc.

- O seu método é a troca de argumentos, a discussão de ideias.

Para compreender o que é a filosofia o melhor é ver alguns exemplos do que se faz em filosofia.

Um exemplo do que é (fazer) filosofia

Imagina que no meio de uma conversa qualquer, eu digo: «No fundo, é tudo relativo». Talvez já tenhas ouvido esta ideia muitas vezes. Talvez até tu próprio penses que é tudo relativo. A ideia de que tudo é relativo surge-nos naturalmente em certas circunstâncias, quando começamos a pensar em certos problemas. E é assim que surge a filosofia.

A filosofia (como as ciências, as artes e as religiões) surge da nossa capacidade natural para pensar. Não é algo que só surge quando vamos à escola ou quando lemos livros de filósofos muito antigos. Eis alguns exemplos:

- Será que tudo é relativo?
- Será que a vida tem sentido? E se tem, qual é?
- Como se justifica a existência do Estado, das Leis, e da Polícia?
- Será que não faz diferença fazer sofrer os animais?
- O que sou eu, na verdade? Será que sou apenas um corpo? Ou tenho uma alma?
- Será que Deus existe realmente, ou será que os ateus têm razão e os crentes estão enganados?
- E se o mundo inteiro fosse uma ilusão e nada fosse real? Como é que eu posso ter a certeza que o mundo não é uma ilusão?
- Quando digo que uma acção é boa estou apenas a dizer que a sociedade em que vivo aprova essa acção ou essa acção continuaria a ser boa mesmo que a minha sociedade a desaprovasse?

Além disso, os problemas filosóficos surgem também da nossa reflexão sobre as ciências, as religiões e as artes. Eis alguns exemplos:

- O que é realmente a arte? E o que é a música?
- O que são realmente os números? Será que os teoremas matemáticos são invenções dos seres humanos, ou descobertas?
- Como poderemos conciliar a existência de um Deus bom e sumamente poderoso e sábio com tanto sofrimento no mundo?
- O que é realmente uma lei da física? E como podemos ter a certeza que essas leis são verdadeiras?

Apesar de a filosofia ser uma reflexão que surge naturalmente, nem toda a reflexão que surge naturalmente é filosófica. Muitas vezes temos respostas pessoais para perguntas filosóficas como «Qual é o sentido da vida?» ou «Será que é tudo relativo?». Essas respostas pessoais, contudo, ainda não são filosóficas. Podem ser o ponto de partida da reflexão filosófica; mas não são o ponto de chegada. Isto quer dizer que podes e deves partir das tuas convicções pessoais. Mas só começas a

fazer filosofia quando exiges a ti mesmo justificações públicas para essas convicções. E essas justificações têm de resistir à crítica. Vamos ver o que isto quer dizer.

Características importantes da Filosofia

Caracterizar a filosofia também nos ajuda a compreender o que é a Filosofia é como actividade e como disciplina. A filosofia é:

- uma actividade crítica
- racional
- um estudo conceptual
- autónoma
- radical
- universal
- consequente
- histórica, mas diferente da história da filosofia

O que significa dizer que **a filosofia é uma actividade crítica**? Significa que temos de justificar as nossas conclusões. E justificar conclusões é apresentar argumentos.

A **importância dos argumentos** em filosofia:

- Precisamos de argumentos para mostrar que os problemas que estamos a estudar não são meras ilusões e confusões. Por exemplo, será que o problema do sentido da vida faz sentido? Porquê?
- Precisamos de argumentos para avaliar as respostas que os filósofos e nós próprios damos aos problemas da filosofia. Por exemplo, será que a resposta que Platão dá ao problema da imortalidade da alma é boa?
- E precisamos de saber avaliar argumentos porque os filósofos passam grande parte do seu tempo a apresentar argumentos a favor das suas ideias e contra as ideias que eles acham que estão erradas. Por exemplo, será que o argumento de Santo Anselmo a favor da existência de Deus é bom?

Porque a filosofia é uma actividade crítica, avalia cuidadosamente os nossos preconceitos mais básicos. O objectivo do estudo da filosofia não é repetir o que diz o professor ou os textos. O objectivo é aprender a pensar sobre os problemas, as teorias e os argumentos da filosofia.

Em filosofia, o estudante tem a liberdade de defender o que quiser, mas tens de adoptar uma atitude crítica:

- Sustentar o que defende com bons argumentos;
- Aceitar discutir os seus argumentos.

- Ser crítico não é «dizer mal». Ser crítico é olhar com imparcialidade para todas as ideias para podermos avaliar se são verdadeiras ou não.

- Ser crítico não é ser extravagante. Ser crítico não é dizer «Não» só para marcar a diferença. Ser crítico é dizer «Sim», «Não», ou até «Talvez», mas com base em bons argumentos.

A filosofia é uma actividade dialogante: consiste em trocar e discutir ideias. A diferença entre uma discussão filosófica e uma gritaria, por exemplo, é esta: em filosofia discutimos para chegar à verdade das coisas, independentemente de saber quem «ganha» a discussão; numa gritaria discute-se para «ganhar» a discussão, independentemente de saber de que lado está a verdade.

Laboratório de Filosofia

1. O que é um preconceito? Dá alguns exemplos, explicando por que razão são preconceitos.
2. Para que fins precisamos de argumentos na filosofia?
3. O que precisas de aceitar para poderes ter uma atitude crítica?
4. «Não há qualquer interesse em estudar filosofia, porque cada qual tem a sua filosofia pessoal». Concordas? Porquê?

O **pensamento filosófico é consequente**. Ser consequente é aceitar as consequências das nossas ideias. Somos livres para defender as posições que queremos; mas teremos de ser responsáveis pelas consequências do que defendemos.

Se defendemos que toda a vida é sagrada e que isso quer dizer que nunca devemos matar um ser vivo, não podemos ao mesmo tempo defender que se pode comer salada de alface. Se defendemos que tudo é relativo e que não há verdades, não podemos defender que esta ideia é verdadeira.

Os três elementos centrais da filosofia são:

- Problemas
- Teorias
- Argumentos

Os filósofos, ao longo dos séculos, têm proposto teorias que tentam resolver os problemas filosóficos. Essas teorias apoiam-se em argumentos. O nosso papel perante os problemas, as teorias e os argumentos da filosofia é duplo:

1. Saber formulá-los claramente.
2. Saber discuti-los com rigor.

Laboratório de Filosofia

1. Dá um exemplo de uma convicção inconsequente.
2. Qual é a relação entre os problemas, as teorias e os argumentos da filosofia?

Os problemas da filosofia não se resolvem olhando para o mundo para recolher informação. É por isso que dizemos que a filosofia é um estudo *a priori* ou **conceptual**. Queremos dizer que a filosofia se faz unicamente com o pensamento.

- Conhecimento empírico ou *a posteriori*: baseia-se na experiência.

Exemplos: para saber se há vida em Marte é necessário enviar sondas e fazer observações. Para saber qual é a natureza da SIDA é necessário fazer observações e experiências laboratoriais.

- Conhecimento conceptual ou *a priori*: baseia-se no pensamento apenas.

Exemplos: para saber se 7 é um número par basta dividi-lo por dois e ver se o resultado é um número inteiro. Para saber se todos os objectos verdes têm cor basta pensar no conceito de verde e de cor.

O estudo filosófico é *a priori*, mas temos de ter informações sobre tudo o que for importante para a solução dos problemas que estamos a tratar.

Laboratório de Filosofia

1. O que significa dizer que a filosofia é um estudo *a priori*?
2. «Uma vez que a filosofia é conceptual, não precisamos de informação empírica para fazer filosofia». Concordas? Porquê?
3. Dá dois exemplos de problemas de carácter conceptual e dois exemplos de problemas de carácter empírico.

A filosofia é **autónoma** em relação à ciência, ao senso comum, à religião, à política, às ideologias, à autoridade ou à tradição e em relação a tudo o que possa pôr em causa a liberdade de pensar por si mesmo.

É distinta das restantes formas de saber, coloca-se numa postura mental, diferente perante os problemas, mas não pode deixar de aceitar os seus os seus contributos. Não se confunde com os saberes religiosos porque eles têm por base a autoridade, a tradição e a revelação. Ser autónomo implica sempre alguma independência em qualquer campo.

A **racionalidade** é uma característica da actividade filosófica segundo a qual, o filósofo, ao procurar explicação para os problemas que investiga, o faz (raciocina) respeitando as leis da lógica, procurando encontrar uma explicação que seja coerente.

Ao dizer-se que a filosofia se caracteriza pela **radicalidade** das suas posições ou explicações, pretende-se dizer que o objecto da filosofia é dar conta dos fundamentos, das razões de ser, dos princípios, das causas de qualquer realidade particular e até da realidade geral.

Por outras palavras, a radicalidade da filosofia implica que em circunstância alguma a filosofia pode admitir como certa uma verdade ou questionar coisa alguma antes de criticamente justificá-la. O filósofo tenta sempre ir à raiz dos problemas.

Opõe-se, portanto, ao dogmatismo, porque nenhuma ideia tem o direito de suplantar quaisquer outras ideias, enquanto não mostrar que é realmente melhor do que as outras.

A filosofia é **universal** na medida em que visa compreender ou determinar o princípio ou princípios de todo o real e trata de questões comuns a todos os seres humanos.

Mesmo quando um determinado filósofo incide a sua reflexão sobre um aspecto particular a experiência humana - a arte, a ciência ou a religião - o que em última instância procura é um sentido geral e não simples casos particulares.

Um outro aspecto revela ainda a dimensão universal da filosofia: ao abordar questões que são comuns a todos os homens, o filósofo acaba por elaborar um discurso que se dirige a todos os seres humanos.

A **historicidade** da filosofia tem a ver com a ideia de que o filósofo, ao pensar determinadas questões filosóficas, é influenciado pelas tradições, pelas ideias e problemas da época em que vive, embora tente ser autónomo.

O filósofo não é um ser isolado que vive afastado do seu tempo. Por outro lado, por vezes as ideias do filósofo podem ir variar a sociedade em que vive, mudando assim o rumo da história. Em certo sentido pode dizer-se que todo o filósofo reflecte, em parte, o tempo e o local em que vive.

No entanto, **a filosofia é diferente da sua história**. Em história da filosofia estudamos o que os filósofos dizem só para saber o que eles dizem. Na filosofia estudamos o que os filósofos dizem para discutir as suas ideias.

Estudar filosofia é como estudar música e estudar história da filosofia é como estudar história da música. Num caso, aprendemos a tocar um instrumento ou a compor peças musicais; no outro, aprendemos apenas a apreciar a música do passado. Num caso, aprendemos a discutir ideias e a propor ideias e a defendê-las; no outro, aprendemos apenas a formular as ideias dos outros.

Laboratório de Filosofia

Relaciona as seguintes afirmações com a respectiva característica da Filosofia:

1. "Se alguém devesse elaborar uma filosofia que nada tivesse de comum com o nosso mundo, tal seria um sonho, não uma filosofia." _____
2. "Do que você precisa, acima de tudo, é de se não lembrar do que eu lhe disse; nunca pense por mim, pense sempre por você". _____
3. "Lá onde as outras ciências param, onde, sem mais indagar, aceitam os pressupostos, aí entra o filósofo e começa a investigar."_____

2. Quais são as questões da Filosofia?

Natureza das questões filosóficas

Quantos dentes tem o urso polar? A que temperatura funde o cobre? Quem descobriu a Austrália? A que velocidade caem os corpos? Qual o consumo espanhol de petróleo? Qual é o veneno contido na amanita cotrina? Até que ponto são perigosas as centrais nucleares? Quem foi o vencedor da batalha de Lepanto? O húngaro é uma língua indo-europeia?	Porque existe o ser e não o nada? O que é o conhecimento? O que é a verdade? Existe autodeterminação a partir da liberdade? O que é o Homem? O que é a vida? Em que consiste o sentido da existência humana? O que é o bem moral? O que é a arte? A História tem um sentido? O que é a linguagem? Existe Deus?

AZENBACHER, Arno Azenbacher, *Introducción a la Filosofia*, 1984

Laboratório de Filosofia

1. As respostas às questões formuladas na coluna da esquerda podem ser dadas pela ciência? Justifica.
2. A resposta à primeira questão – "Quantos dentes tem o urso polar?"- parece-te muito problemática? Porquê?
3. És capaz de responder à primeira questão da coluna da direita? Como o farias?
4. Pensas que alguma ciência poderia dar uma resposta universalmente aceite a essa pergunta? Justifica.
5. Quais as diferenças que notaste entre as perguntas da esquerda e as da direita?

❖ **Como reconhecer as questões filosóficas:**

a) Pelo conteúdo

- são questões que procuram o sentido da realidade em geral, e do homem em particular; são questões que questionam os conceitos mais elementares da nossa existência.

b) Não têm solução científica ou técnica

- as questões que têm (ou podem vir a ter) resposta científica não fazem parte do âmbito da Filosofia.

c) Não são questões de facto

- as questões filosóficas não exigem apenas conhecimentos e informações mas, igualmente, reflexão pessoal.

d) Pelo seu carácter problemático e argumentativo

- as questões filosóficas remetem para respostas múltiplas e não consensuais, implicando a discussão e argumentação.

ATENÇÃO: Nem todas as respostas aos problemas filosóficos são filosóficas. Para que sejam filosóficas, as respostas a estes problemas têm de ser fundamentadas. Isto significa que não basta ter respostas pessoais sobre os problemas filosóficos; é preciso que tais respostas sejam publicamente justificáveis. Fundamentar ou justificar publicamente uma resposta é oferecer os melhores argumentos ou razões que conseguirmos imaginar a seu favor – e permitir que as outras pessoas os avaliem criticamente.

Laboratório de Filosofia

Assinale as questões filosóficas X:

1. Como ser feliz?
2. Qual a temperatura máxima suportada pela espécie humana?
3. Como é, para Karl Marx, a sociedade ideal?
4. Haverá circunstâncias que justifiquem a traição?
5. Qual a diferença entre a altura média dos santomenses e dos portugueses?
6. Os animais têm direitos?
7. Como é que Darwin explica a origem das espécies?
8. Qual o filósofo que disse "só sei que nada sei"?
9. Como evitar a poluição sonora?
10. Se o homem é livre, porque não faço tudo o que me apetece?

Áreas da Filosofia

Filosofar é uma actividade natural, desencadeada pela nossa curiosidade ou, o que é mais frequente, pelo jogo entre a curiosidade e as necessidades práticas. As necessidades impõem-nos problemas práticos imediatos, mas a nossa curiosidade exige respostas mais completas, que ultrapassam a solução desses problemas práticos. Esta exigência está na origem da filosofia e da ciência.

O carácter espontâneo ou natural do filosofar pode ser esclarecido pela lista de problemas filosóficos, que a seguir apresentamos. Estão agrupados em algumas das disciplinas ou áreas da filosofia e o nosso objectivo é apenas o de mostrar que essas áreas têm a sua raiz em problemas filosóficos comuns, de todo o ser humano.

Filosofia da Religião

Deus existe? O mal que há no mundo é compatível com a existência de Deus? Até que ponto a fé religiosa deve estar ao abrigo de discussão?

Ética ou Filosofia Moral

Há padrões morais comuns a todos os seres humanos? Ou todas as normas morais são relativas a grupos humanos? A pena de morte é moralmente aceitável? E o aborto? E a eutanásia?

Estética

O que é a arte? Como é que um objecto se torna artístico? Por uma propriedade desse objecto? Pela sensibilidade de quem o contempla?

Filosofia do Direito

O que é o Direito? O Direito é expressão de uma vontade comum? É a concretização (imperfeita) da ideia de Justiça? É instrumento de poder de alguns? Como se justifica a punição de um criminoso? Vingança? Protecção da sociedade? Recuperação?

Filosofia Política

O que é o Estado? O Estado é um bem? É um mal menor? É necessário ou poderíamos dispensá-lo? Até onde deve ir o seu poder? Em que condições é legítimo um Estado intervir nos assuntos internos de outro Estado?

Axiologia

O que são valores? Os valores estão nos objectos ou em quem os valoriza?

Filosofia do Conhecimento ou Epistemologia

O que é o conhecimento? O que podemos conhecer? O que é a verdade? Há verdade em matéria moral, política e religiosa ou ela só é possível nas ciências da natureza? Ou nem mesmo nessas ciências encontramos verdades?

Ontologia e Metafísica

Que é a realidade? Uma pedra, o valor de uma mercadoria e um sonho são igualmente reais? Há critérios seguros para distinguirmos as aparências da realidade?

Lógica

Em que condições podemos considerar um raciocínio correcto ou incorrecto? Quais são as condições formais de validade do pensamento?

Filosofia da Acção

O que são acções? Como explicar os comportamentos humanos irracionais? Que relação existe entre acção, liberdade e responsabilidade?

Filosofia da Ciência

Como demarcar a fronteira entre a ciência e a pseudociência? Qual é o método científico? Como justificar a nossa crença na indução?

Estes são **exemplos** de **problemas filosóficos** e decerto já discutiste pelo menos alguns. As tentativas de resposta a tais problemas são teorias ou doutrinas filosóficas. Apresentadas as respostas, as teorias filosóficas, é preciso justificá-las ou criticá-las. As afirmações com que pretendemos justificar ou criticar as teorias constituem os **argumentos filosóficos. Problemas, teorias e argumentos filosóficos são o essencial da Filosofia.** O debate espontâneo é já o filosofar. A Filosofia aprofunda, de uma forma imaginativa, crítica e metódica, esse filosofar espontâneo.

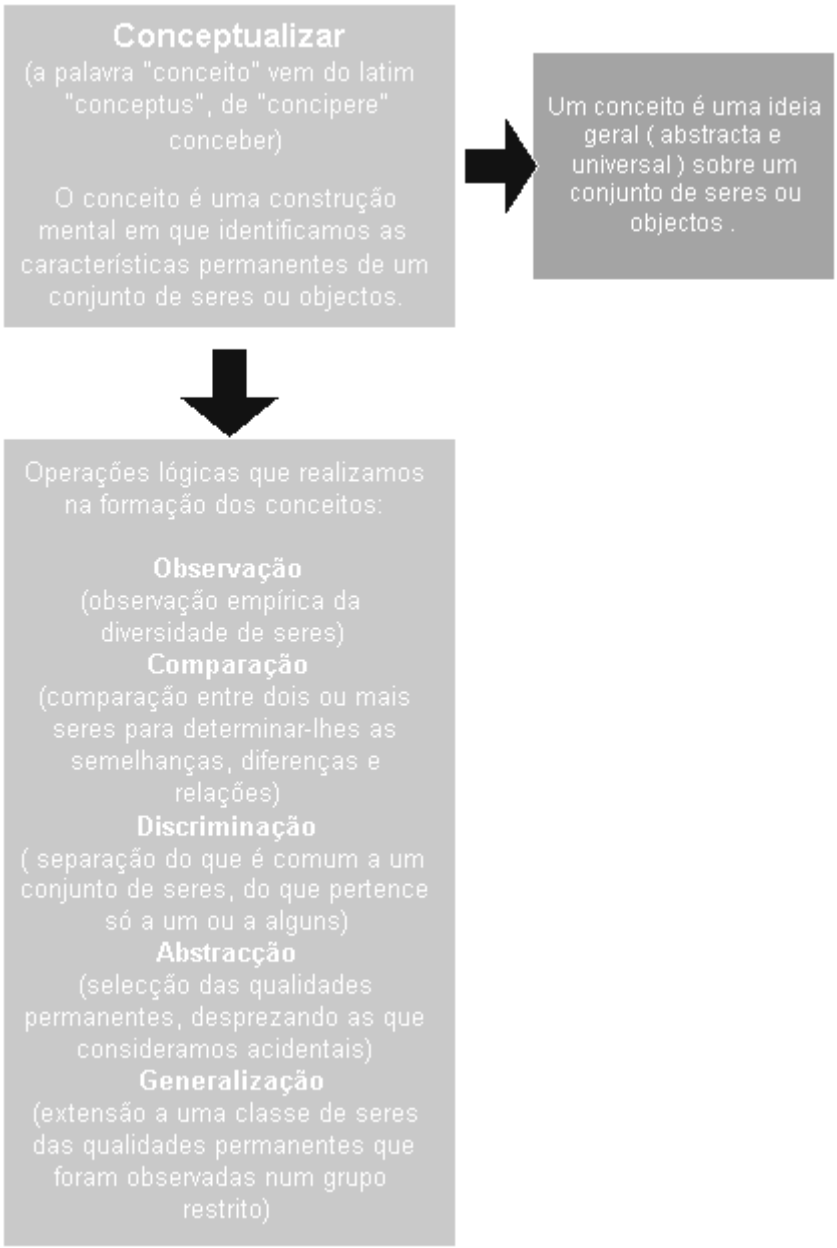
3. Como se faz filosofia?

Aprendamos agora como fazer filosofia. Para isso, vamos debruçar-nos sobre as **operações do trabalho filosófico**: conceptualização, definição e argumentação.

CONCEPTUALIZAR

À semelhança do que acontece noutras áreas do conhecimento, como a física ou a sociologia, os **conceitos** desempenham um papel muito importante na filosofia. Em física, por exemplo, o conceito de massa é muito importante; em filosofia, por exemplo, o conceito de conhecimento é muito importante.

Os conceitos são o elemento base do pensamento e do discurso, sendo que, na maior parte das vezes, os conceitos que a filosofia trabalha (Deus, beleza, justiça, bem moral, ...) ou cria são problemáticos e necessitam de ser caracterizados com muita precisão, para evitar confusões e mal-entendidos. Segue-se daí a importância que a definição desempenha no trabalho filosófico.



DEFINIR

Definir é demarcar, delimitar as fronteiras de um conceito relativamente a outros. Assim, ao definir um conceito procuramos determinar com rigor a sua compreensão exacta (ou seja, a sua caracterização essencial).

Ao definir estamos a indicar as propriedades comuns a todos os seres/elementos que se incluem numa mesma classe e, ao mesmo tempo, a excluir dessa classe os seres/elementos que não apresentem esses atributos.

A definição dos conceitos faz-se indicando o <u>género próximo</u> (o que há de comum) do que se quer definir e indicando a <u>diferença específica</u> (o que lhe é próprio) pelo qual se distingue de outros.

Ex**: Gato** – mamífero carnívoro digitígrado (*género próximo*), tipo da família dos félides (*diferença específica*).

Meia – peça de vestuário (*género próximo*) que serve para cobrir o pé e parte da perna (*diferença específica*)

REGRAS QUE UMA DEFINIÇÃO DEVE RESPEITAR

– **Deve ser mais clara que o definido** (deve ser breve, evitar a linguagem metafórica ou figurada, não conter na própria definição o conceito ou termo que está a ser definido e não ser negativa)

Exemplos de definições incorrectas:
- pão – sustento da vida
- alegre – o que tem alegria
- saúde – ausência de doença

– **Deve convir ao definido e apenas ao definido** (deve poder aplicar-se a todos os seres que são definidos e apenas a eles, por isso não deve ser nem demasiado restrita nem demasiado ampla)

Exemplos de definições incorrectas:
- cão – animal mamífero (definição ampla pois existem outros animais mamíferos para além do cão)
- mamíferos – animais terrestres (restrita pois, por exemplo, os golfinhos também são mamíferos)

– **Deve ser recíproca** (o definido e a definição devem poder mudar de lugar sem que se altere o sentido)

Exemplos de definições incorrectas:
- quadrado – polígono de quatro lados
- homem – animal bípede

Laboratório de Filosofia

Das seguintes definições, indica quais as correctas e as incorrectas, identificando nas incorrectas pelo menos uma das regras não respeitadas.

- O triângulo é um polígono de três lados
- Grande é o que não é pequeno
- O pensamento científico é o pensamento dos cientistas
- Feriado é quando não se tem que ir às aulas
- Pássaro é todo o animal de sangue quente e com asas
- O leão é um animal com o corpo coberto de pêlos
- O gato é um mamífero carnívoro digitígrado da família dos félides

ARGUMENTAR

Sendo uma disciplina problemática, onde raramente as respostas são únicas e definitivas mas, pelo contrário, revisáveis e sujeitas à crítica, torna-se fundamental o uso da razão argumentativa e dos conceitos.

O filósofo apresenta as suas teses e defende-as com os seus argumentos racionais, recorrendo a uma exploração dos conceitos muitas vezes de forma exaustiva.

Num discurso ou texto argumentativo, o autor aborda um assunto, sobre o qual emite a sua opinião.

- O **tema** é o assunto de que trata.
- A **tese** é a opinião que o autor do texto expressa sobre o tema.
- Num discurso ou texto argumentativo, aquele que fala escreve uma tese (a ideia que quer defender), justificando-a com a ajuda de **argumentos** (isto é, de provas).

Laboratório de Filosofia

"O filósofo é constantemente levado a criar termos novos para melhor exprimir o seu pensamento. Daí o jargão filosófico de que os não filósofos não têm razão nenhuma em lamentar. Primeiramente, porque o vocabulário técnico é próprio de todas as áreas científicas – medicina, biologia, física, matemática – e não se percebe porque é que a filosofia deveria abster-se do seu vocabulário técnico próprio.*

Depois, porque o termo técnico é a promessa – geralmente cumprida – de que, uma vez compreendida e assimilada a sua definição, não se alterará e valerá como uma chave insubstituível para compreender o texto."

(M. Tournier)

A – Qual destas três fases resume melhor a tese do autor?

a. A filosofia poderia passar sem um vocabulário técnico
b. A filosofia possui necessariamente um vocabulário técnico
c. É lamentável que a filosofia não possua um vocabulário técnico

B – No texto de Tournier, quantos argumentos usa o autor para defender a sua tese?

a. Um
b. Dois
c. Três

C – Destaque as palavras que permitem apresentar os argumentos de maneira ordenada, um após o outro.

- _____
- _____

D – Mostre que compreendeu o sentido do texto, sublinhando as expressões que convêm à opinião do autor.

a. Para os não filósofos, a filosofia (*não deveria / deveria*) usar termos técnicos
b. O termo técnico (*torna mais fácil / torna mais difícil*) a compreensão do texto.

4. Porquê estudar Filosofia?

A filosofia responde a problemas que surgem da nossa capacidade natural para pensar. O mesmo acontece com a ciência, a religião e a arte. Portanto, em grande medida, a filosofia serve para o mesmo que serve a ciência, a religião e a arte: serve para **compreender melhor o mundo, os outros e nós mesmos**.

Mas será que só serve para isso? Afinal, nas artes, nas religiões e nas ciências, fazem-se coisas úteis — não nos limitamos a compreender melhor o mundo. Por exemplo:

- A ciência alarga a nossa compreensão do universo; mas também permite curar a tuberculose.
- A religião alarga a nossa compreensão do nosso lugar no universo; mas também oferece conforto e orientação espiritual aos crentes.
- A arte, como a literatura, por exemplo, alarga a nossa compreensão da condição humana; mas também produz obras de grande valor artístico, que nos inspiram e maravilham.

Também a filosofia não se limita a alargar a nossa compreensão. A compreensão que a filosofia nos oferece do mundo, de nós e dos outros ajuda-nos a **mudar a nossa vida**. Vejamos dois exemplos.

Em 1869 um importante filósofo inglês chamado **John Stuart Mill** publicou um livro intitulado *A Submissão das Mulheres.* Neste livro, Mill defendia, com argumentos filosóficos, a igualdade política e social das mulheres. Hoje, parece-nos óbvio que as mulheres não devem ser discriminadas em nenhum aspecto da vida social. A filosofia pode mudar as nossas vidas porque pode mudar as nossas convicções.

Em 1975, **Peter Singer**, um importante filósofo contemporâneo, publicou um livro com o título *Libertação Animal.* Nesse livro, Singer procura mostrar que o modo como tratamos os animais na

John Stuart Mill (1806-1879) Filósofo inglês, autor do clássico *Da Liberdade* (1859), onde defende a liberdade de expressão e pensamento.

indústria pecuária e na ciência é moralmente indefensável; os animais não podem ser tratados como se fossem meros objectos. Em resultado do seu estudo, os movimentos de libertação animal ganharam legitimidade. Hoje, muitas das maiores empresas deixaram de testar os seus produtos em animais. A filosofia pode mudar as nossas vidas porque pode mudar as nossas convicções.

Os seres humanos entregam-se a diferentes actividades. A religião, a ciência, a arte e a filosofia têm cada uma a sua utilidade.

- A religião é útil porque fornece orientação e conforto espiritual aos seus crentes. A filosofia fornece orientação a qualquer pessoa, independentemente de ser ou não crente. E mostra que muitas das respostas que acriticamente estaríamos dispostos a aceitar são insatisfatórias.
- A ciência é útil porque nos ensina a curar a tuberculose, por exemplo. A filosofia ensina-nos a enfrentar os problemas morais levantados pela ciência, como a eutanásia ou o aborto.
- As artes são úteis porque produzem obras que nos inspiram e maravilham. A filosofia produz ideias e argumentos que nos inspiram e maravilham, e põe a descoberto problemas que nos convidam a dar o nosso melhor para tentar resolvê-los. E isso faz de nós seres humanos melhores, seres humanos mais completos.

Em suma: as razões pelas quais a filosofia serve para alguma coisa são a razões pelas quais as artes, as ciências e as religiões servem para alguma coisa.

Todavia, é verdade que muitos dos problemas, teorias e argumentos da filosofia não têm qualquer utilidade prática. Mas também a maior parte do que constitui as religiões, as artes e as ciências não tem qualquer utilidade prática. Mas, mesmo assim, essas coisas podem ter valor.

As coisas sem utilidade prática podem ter valor porque o conhecimento é algo suficientemente importante para ter um valor próprio. Nada ganhamos em conhecer a anatomia dos dinossáurios que se extinguiram há 65 milhões de anos, nada ganhamos em saber como aconteceu o Big Bang. Mas desconhecer todas essas coisas é viver uma vida mais pobre e mais provinciana. É por isso que há pessoas que gostam de alargar o conhecimento e a compreensão, independentemente de isso servir ou não para alguma coisa. E isto é algo que não acontece apenas aos filósofos; acontece aos físicos, aos biólogos, aos músicos, aos escritores, etc.

Peter Singer. Filósofo australiano nascido em 1946, especialista em ética aplicada, uma área da filosofia que ajudou a revitalizar.

Em suma, a filosofia tem valor, mesmo que na sua maior parte não tenha qualquer utilidade prática, porque o **conhecimento** é um valor em si.

Por outro lado, nunca podemos saber quando uma ideia aparentemente inútil pode vir a ser útil. A lógica, por exemplo, parecia uma área do conhecimento completamente inútil. Mas hoje temos computadores graças aos estudos levados a cabo pelos especialistas em lógica. Logo, mesmo

que só as coisas úteis tivessem valor, nunca poderíamos saber à partida quais das nossas ideias se viriam a revelar úteis.

Acresce que a filosofia consiste, em grande parte, em discutir ideias com argumentos rigorosos. Isto dá-lhe uma utilidade muito importante: quem for capaz de discutir filosofia claramente, será capaz de discutir claramente qualquer assunto (desde que disponha da informação relevante). A filosofia é útil para a vida pública de um país porque nos ensina a **pensar melhor.**

A filosofia exercita as nossas capacidades argumentativas. Ficamos com uma capacidade acrescida para avaliar e discutir ideias, argumentos e problemas. Do mesmo modo que quem estuda pintura fica com um olhar mais sensível às cores e formas, quem estuda filosofia fica mais sensível ao modo como fundamentamos as nossas convicções e decisões.

Quem sabe argumentar bem toma melhores decisões, porque as decisões que tomamos são baseadas em argumentos. E esses argumentos podem ser melhores ou piores. Todos queremos melhores decisões (e portanto melhores argumentos) quando essas decisões afectam a nossa vida. A filosofia pode ajudar-nos a fazer isso**.**

Laboratório de Filosofia

1. Será que a filosofia se limita a alargar a nossa compreensão do mundo?
2. Em que aspectos a filosofia pode ser útil?
3. «Para uma actividade ter valor não precisa de ser útil». Concordas? Porquê?

Leituras

1. Aprender a Pensar

Espera-se que o professor desenvolva no seu aluno, em primeiro lugar, o homem de *entendimento*, depois, o homem de *razão*, e, finalmente, o homem de *instrução.* Este procedimento tem esta vantagem: mesmo que, como acontece habitualmente, o aluno nunca alcance a fase final, terá mesmo assim beneficiado da sua aprendizagem. Terá adquirido experiência e ter-se-á tornado mais inteligente, se não para a escola, pelo menos para a vida.

Se invertermos este método, o aluno imita uma espécie de razão, ainda antes de o seu entendimento se ter desenvolvido. Terá uma ciência emprestada que usa não como algo que, por assim dizer, cresceu nele, mas como algo que lhe foi dependurado. A aptidão intelectual é tão infrutífera como sempre foi. Mas ao mesmo tempo foi corrompida num grau muitíssimo maior pela ilusão de sabedoria. É por esta razão que não é infrequente deparar-se-nos homens de instrução (estritamente falando, pessoas que têm estudos) que mostram pouco entendimento. É por esta razão, também, que as academias enviam para o mundo mais pessoas com as suas cabeças cheias de inanidades do que qualquer outra instituição pública.

[…] Em suma, o entendimento não deve aprender *pensamentos* mas a *pensar*. Deve ser *conduzido*, se assim nos quisermos exprimir, mas não *levado em ombros,* de maneira a que no futuro seja capaz de *caminhar* por si, e sem tropeçar.

Immanuel Kant (1724-1804). A filosofia de Kant tornou-se uma referência para os séculos vindouros. As suas ideias sobre a natureza da ética e do conhecimento continuam a ser extremamente influentes.

A natureza peculiar da própria filosofia exige um método de ensino assim. Mas visto que a filosofia é, estritamente falando, uma ocupação apenas para aqueles que já atingiram a maturidade, não é de espantar que se levantem dificuldades quando se tenta adaptá-la às capacidades menos exercitadas dos jovens. O jovem que completou a sua instrução escolar habituou-se a *aprender*. Agora pensa que vai *aprender filosofia*. Mas isso é impossível, pois agora deve *aprender a filosofar.* […] Para que pudesse aprender filosofia teria de começar por já haver uma filosofia. Teria de ser possível apresentar um livro e dizer: «Veja-se, aqui há sabedoria, aqui há conhecimento em que podemos confiar. Se aprenderem a entendê-lo e a compreendê-lo, se fizerem dele as vossas fundações e se construírem com base nele daqui para a frente, serão filósofos». Até me mostrarem tal livro de filosofia, um livro a que eu possa apelar, […] permito-me fazer o seguinte comentário: estaríamos a trair a confiança que o público nos dispensa se, em vez de alargar a capacidade de entendimento dos jovens entregues ao nosso cuidado e em vez de os educar de modo a que no futuro consigam adquirir uma perspectiva *própria* mais amadurecida, se em vez disso os enganássemos com uma filosofia alegadamente já acabada e cogitada por outras pessoas em seu benefício. Tal pretensão criaria a ilusão de ciência. Essa ilusão só em certos lugares e entre certas pessoas é aceite como moeda legítima. Contudo, em todos os outros lugares é rejeitada como moeda falsa. O método de instrução próprio da filosofia é *zetético*, como o disseram alguns filósofos da antiguidade (de zhtein). Por outras palavras, o método da filosofia é o método da *investigação*. Só quando a razão já adquiriu mais prática, e apenas em algumas áreas, é que este método se torna *dogmático*, isto é, *decisivo*. Por exemplo, o autor sobre o qual baseamos a nossa instrução não deve ser considerado o paradigma do juízo. Ao invés, deve ser encarado como uma ocasião para cada um de nós formar um juízo sobre ele, e até mesmo, na verdade, contra ele. O que o aluno realmente procura é proficiência no método de reflectir e fazer inferências *por si.* E só essa proficiência lhe pode ser útil. Quanto ao conhecimento positivo que ele poderá talvez vir a adquirir ao mesmo tempo — isso terá de ser considerado uma consequência acidental. Para que a colheita de tal conhecimento seja abundante, basta que o aluno semeie em si as fecundas raízes deste método.

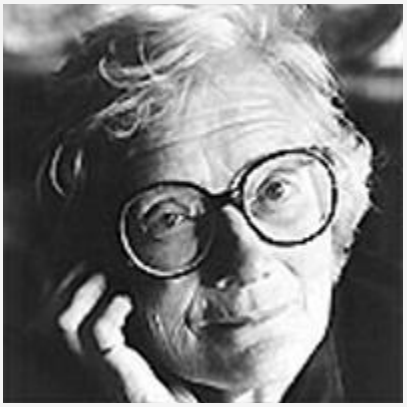
Immanuel Kant, «Anúncio do Programa do Semestre de Inverno de 1765-1766», pp. 2:306-7.

Laboratório de Filosofia

1. Qual é o objectivo do estudo da filosofia, segundo o autor?
2. Para o autor aprender filosofia é diferente de aprender a filosofar. Qual é a diferença?
3. «O objectivo do estudo da filosofia é saber o que os filósofos disseram e nada mais». Concordas? Porquê?

2. O Que é um Filósofo?

«O que faz de alguém um filósofo, além de ser considerado como tal pela universidade?» Primeiro, penso que um autor tem de dar atenção a questões com um alto grau de generalidade, e tem de se sentir à vontade com as ideias abstractas. Não é suficiente procurar a verdade, pois podemos estabelecer a verdade com respeito a factos particulares; isso pode ser o objectivo dos historiadores, ou dos romancistas que procuram dizer de forma imaginativa como as coisas são, num certo sentido. Um filósofo diria também sem dúvida que procura a verdade, mas está interessado em seja o que for que está por detrás dos factos particulares da experiência, dos pormenores da história; um filósofo ocupa-se do significado subjacente da linguagem que nós usamos habitualmente e sem pensar, as categorias em função das quais organizamos a nossa experiência. Assim, esse filósofo ou filósofa diria não apenas que procura a verdade, mas que procura uma verdade, ou teoria, que explique o particular e o pormenor e o quotidiano.



Mary Warnock. Nascida em 1924, esta filósofa britânica foi professora em Oxford e lutou pela causa da educação. Especializou-se em ética existencialista.

Um grande filósofo que exemplifica estas características foi o escocês David Hume. Nunca desempenhou quaisquer funções académicas (apesar de uma vez o ter tentado infrutiferamente); a maior parte dos seus escritos pertencia a esse tipo particularmente escocês, o ensaio; e os seus ensaios tratavam de vários temas sociais, políticos e económicos. Mas a sua grande obra filosófica, o *Tratado da Natureza Humana,* que ele terminou quando tinha apenas 26 anos, foi concebida para estabelecer os fundamentos de uma ciência empírica genuína da natureza humana. A partir destes fundamentos Hume esperava que se pudesse construir uma elucidação de todo o conhecimento humano, incluindo o conhecimento científico, e de toda a moral, incluindo a moral política. Aqui temos generalidade, e de facto uma enorme ambição explicativa.

Hume satisfaz também outro critério pelo qual medimos um verdadeiro filósofo: ocupava-se não apenas de apresentar as suas ideias, mas também de argumentar a seu favor. Esta atitude tem conduzido quase sempre, entre os filósofos, a um interesse apaixonado pelas ideias uns dos outros; e tem levado os filósofos a discordar, e se possível a refutar, os argumentos dos outros filósofos; e também a expor teorias por meio de diálogos, falados ou escritos. Por vezes, como no caso de Platão, Berkeley ou Hume, estes diálogos são ficcionais; por vezes são reais, e tomaram a forma de respostas a objecções, como no caso de Descartes, ou de troca de correspondência. Os filósofos são por natureza faladores e epistolares; só raramente preferem sentar-se e pensar, isolados dos seus pares.

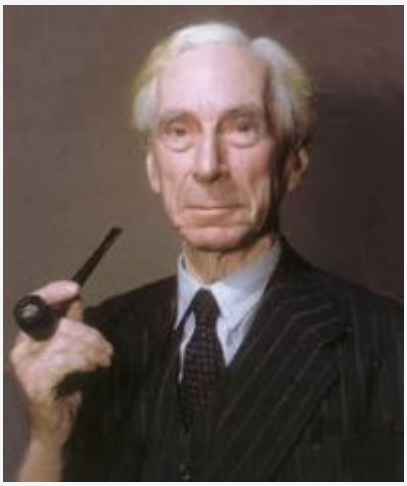
Mary Warnock, *Mulheres Filósofas,* 1996, pp. xxix-xxx.

Laboratório de Filosofia

1. Quais são as duas características dos filósofos que a autora apresenta?
2. Que significa dizer que a generalidade é uma das características da filosofia?
3. Qual é a razão que leva os filósofos a dialogar, segundo a autora?
4. «Um filósofo solitário não é um filósofo». Concordas? Porquê?
5. «Nem toda a filosofia passa pela argumentação». Concordas? Porquê?

3. O Valor da Filosofia

O valor da filosofia encontra-se, de facto, na sua própria incerteza. O homem sem rudimentos de filosofia passa pela vida encarcerado nos preconceitos derivados do senso comum, das crenças habituais do seu tempo ou da sua nação, e de convicções que se desenvolveram no seu espírito sem a cooperação ou o consentimento da sua razão ponderada. Para tal homem, o mundo tem tendência a tornar-se definido, finito, óbvio; os objectos comuns não levantam questões, e as possibilidades estranhas são desdenhosamente rejeitadas.



Bertrand Russell (1872-1970). Filósofo e lógico inglês, as ideias de Russell mudaram o rumo da filosofia do século XX. Ganhou o prémio Nobel da Literatura em 1950.

Mal começamos a filosofar, pelo contrário, descobrimos […] que até as coisas mais corriqueiras levantam problemas a que só podemos dar respostas muito incompletas. A filosofia, apesar de ser incapaz de nos dizer com certeza qual é a resposta verdadeira às dúvidas que levanta, tem a capacidade de sugerir muitas possibilidades que alargam os nossos pensamentos e os libertam da tirania do hábito. Assim, apesar de diminuir a nossa sensação de certeza quanto ao que as coisas são, a filosofia aumenta em muito o nosso conhecimento do que elas podem ser; ela elimina o dogmatismo algo arrogante daqueles que nunca viajaram no território da dúvida libertadora, e mantém vivo o nosso sentido de deslumbramento ao mostrar coisas familiares sob um aspecto estranho.

Bertrand Russell, *Os Problemas da Filosofia,* 1912, p. 90.

Laboratório de Filosofia

1. Segundo o autor, qual é o valor da filosofia?
2. Que razões nos dá o autor para aceitar as suas ideias?
3. Concordas com o autor? Porquê?
4. «A filosofia não tem valor porque não nos dá respostas». Concordas? Porquê?

Lógica Formal

1. O que é a Lógica ?

Definição de Lógica

Quando consegue convencer os seus amigos da sua opinião em relação a um determinado assunto, tal significa que há uma grande probabilidade de os seus argumentos serem fortes. De facto, todos os seres racionais possuem a capacidade de raciocinar e de argumentar, isto é, todos o fazem de modo natural e espontâneo. No entanto, nem todos o fazem de modo correcto. Se tal se verificasse, não seria possível cairmos no erro ou no engano e todos seríamos capazes de descobrir a resposta correcta para cada um dos diversos desafios apresentados.

Ao longo da nossa vida, somos também confrontados com desafios que nos obrigam a raciocinar, a argumentar e a decidir escolher uma alternativa em vez de outra. Por exemplo, a meio do percurso no ensino secundário, provavelmente já se confrontou com a necessidade de reflectir sobre o que fazer após a conclusão do 12.° ano: se prossegue ou não os estudos. Ao reflectir sobre uma ou outra alternativa, basear-se-á em algumas convicções que servirão de razões para apoiar uma ou outra escolha. Pode-se acreditar que prosseguir estudos será um modo de alcançar um lugar privilegiado no mercado de trabalho ou, ainda, que não prosseguir estudos será o único modo de ganhar rapidamente independência económica. 0 certo é que na base das escolhas se encontram as nossas convicções ou crenças, isto é, aquilo que acreditamos ser, ou não, verdadeiro.

Apesar de todos preferirmos acreditar na verdade, nem sempre estamos de acordo em relação ao que se considera verdadeiro em diversas circunstâncias. De facto, alguns estudantes podem considerar que nem sempre a formação superior dá acesso a lugares privilegiados no mercado de trabalho; outros podem acreditar que nem sempre a entrada directa no mercado de trabalho, sem passar pela formação superior, oferece a almejada independência económica.

Mesmo assim, algumas das nossas principais crenças são partilhadas, isto é, são consensuais para a maior parte dos seres humanos, sobretudo aquelas mais básicas sobre nós mesmos e sobre o mundo. Acreditamos que somos animais racionais, que somos mortais, que vivemos no planeta Terra, que a Terra é habitada por plantas e animais, que faz parte de um conjunto de oito planetas de um sistema solar, etc.

Sao essas crenças partilhadas que nos permitem discordar de algumas conclusões que nos são apresentadas, bem como das razões avançadas para as apoiar. Não obstante, por muito que discordemos da verdade de algumas crenças, podemos apreciar o modo consistente com que elas são expostas. Por exemplo, se se acreditar que todos os planetas são habitados por seres vivos e que Marte é um planeta, então também fará sentido acreditar que Marte é habitado por seres vivos. Mesmo que se discorde da veracidade desta conclusão, teremos de reconhecer que o modo ou a forma como se concluiu este enunciado a partir dos outros é consistente e razoável.

Ao contrário, se se acreditar que todos os planetas são constituídos por matéria e que Marte é constituído por matéria, poderá não fazer sentido acei-tar a conclusão Marte é um planeta, pois, apesar de verdadeira, ela não foi apoiada por boas razões. Mesmo que partilhe da minha crença, a maioria das pessoas poderá discordar do modo como ela foi apresentada. Na realidade, não é pelo

facto de Marte ser constituído por matéria que se poderá concluir com toda a certeza que Marte é um planeta. Se não se soubesse que Marte é, realmente, um planeta, não se teria a certeza de que a conclusão era verdadeira, pois existem outras coisas constituídas por matéria que não são planetas (por exemplo, luas, satélites, etc).

Assim, é possível distinguir um modo (ou forma) correcto de um modo (ou forma) incorrecto de se apoiar determinadas crenças a partir de algumas razões, independentemente do nosso acordo sobre a sua verdade; isto é, podemos aceitar a correcção de uma forma, mesmo sem aceitar o conteúdo das crenças das quais se parte e das crenças a que se chega.

A **lógica** é a **disciplina filosófica** que estuda a distinção entre argumentos correctos (válidos) e incorrectos (inválidos), mediante a identificação das condições necessárias à operação que conduz da verdade de certas crenças à verdade de outras. Dedica-se, por isso, ao **estudo das leis, princípios e regras a que devem obedecer o pensamento e o discurso para serem coerentes**.

No seu sentido etimológico, ela é a ciência do *logos*. 0 termo *logos*, de origem grega, significa palavra, discurso, pensamento, razão. Como tal, a lógica terá por objecto o pensamento e o discurso, preocupando-se com a sua correcção.

Torna-se pois, necessário obedecer a determinadas regras para a elaboração dos nossos raciocínios ou argumentos. **A lógica permite estabelecer essas regras, de modo a distinguir os raciocínios válidos daqueles que não o são.**

Importância da Lógica

▪ Ela ajuda-nos a adquirir competências que nos permitem **avaliar a validade dos argumentos que nos são apresentados**, contribuindo assim para desenvolver a autonomia e o espírito crítico.
▪ Ela proporciona-nos **meios que possibilitam a organização coerente dos pensamentos**, desenvolvendo competências argumentativas e demonstrativas, a fim de os podermos comunicar com rigor, coerência e inteligibilidade.
▪ Ela permite-nos **analisar diversos tipos de discurso,** do científico ao político, para nos certificarmos da sua validade formal.

Lógica Formal e Lógica Informal

LÓGICA FORMAL	LÓGICA INFORMAL
Estuda apenas os aspectos lógicos da argumentação que dependem exclusivamente da **forma lógica**.	Estuda os aspectos lógicos que não dependem da forma lógica do argumento.
Estuda exlusivamente os argumentos dedutivos formais.	Estuda vários tipos de argumentos, em particular os argumentos não dedutivos.
Ignora-se o contexto ou o conteúdo da argumentação. Interessa apenas a forma dos argumentos.	Baseia-se no conteúdo e contexto da argumentação.

Laboratório de Lógica

1. Será possível reconhecer a consistência de um argumento ao mesmo tempo que se discorda das crenças em que se baseia? Justifique.

2. Noções básicas de Lógica

Os princípios lógicos

Os princípios lógicos são os **princípios básicos do nosso pensamento:**

a) **Princípio de Identidade** - de acordo com este principio, se se coloca uma proposição, temos de colocar a mesma proposição, isto é, uma proposição é equivalente a si mesma.
Ex.: *se eu me chamo Catarina, logo chamo-me Catarina*
- O que acima de tudo, importa reter relativamente a este princípio é que ele exige que, no decurso de um procedimento argumentativo ou demonstrativo, se mantenha o mesmo significado dos termos e das expressões.

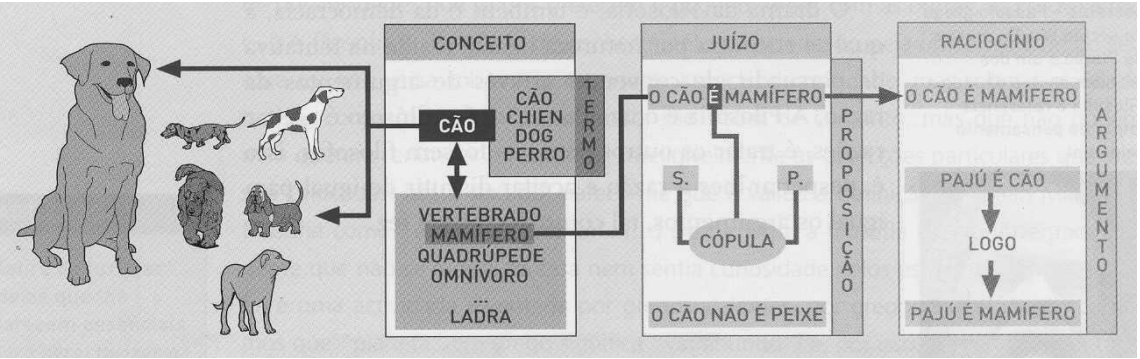
b) **Princípio de (não) Contradição –** segundo este principio, é impossível aceitar uma proposição e, ao mesmo tempo, a sua negação. De acordo com Aristóteles, no que se refere à dimensão lógica, dizemos que é impossível que a afirmação e a negação sejam verdadeiras ao mesmo tempo.
Ex.: *Se é verdade que me chamo Catarina, então é falso que não me chamo Catarina.*
- Do ponto de vista ontológico, a mesma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, segundo a mesma perspectiva, ou, então, é impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao mesmo sujeito, **ao mesmo tempo e segundo a mesma relação.**
- *Eu sou alta e não sou alta* (não entro necessariamente em contradição, posso ser alta em relação à Joana e não ser em relação à Maria).

c) **Princípio do Terceiro Excluído –** de acordo com este princípio, na sua vertente lógica, sendo dada uma proposição, tem de a afirmar ou de a negar. Segundo Aristóteles, de duas proposições contraditórias, uma delas tem de ser verdadeira e não podem ser ambas falsas, ou seja, não é possível que haja qualquer entre enunciados contraditórios.
Ex.: Ou eu me chamo Catarina ou eu não me chamo Catarina.
- Na sua formulação ontológica, este princípio diz-nos que uma coisa deve ser ou então não ser, não há terceira possibilidade.

A **importância destes princípios** : Estes três princípios são pressupostos de todo o pensamento consistente. Sem eles, nenhuma verdade pode ser concebida. Sendo leis fundamentais, exigem que lhes obedeçamos se queremos o nosso pensamento tenha rigor e coerência. Quando pensamos e quando traduzimos o nosso pensamento em discurso (oral ou escrito), utilizamos estes princípios, os quais determinam todo o nosso exercício racional.

Eles revelam-se no discurso, porque o discurso é a tradução do pensamento. Todavia, para pensar precisamos não só de princípios, como também de instrumentos lógicos: – O CONCEITO; O JUÍZO E O RACIOCÍNIO.

Os instrumentos lógicos



Conceito e termo

Conceito

O conceito é, numa perspectiva lógica, o **elemento básico do nosso pensamento**. Só há pensamento porque há conceitos. Além disso, existe uma relação muito estreita entre os conceitos e as palavras. As palavras são fundamentais na elaboração do nosso pensamento e, por conseguinte, na estruturação da nossa visão do mundo. O pensamento e a linguagem verbal são simultâneos e interdependentes.

- É necessário utilizar as palavras adequadas a fim de que os conceitos se tornem claros. Importa, pois, clarificar devidamente o conceito, para que nos possamos entender correctamente.
- O conceito é um instrumento mental que utilizamos para pensar as diversas realidades (sejam materiais ou espirituais, concretas ou abstractas) o conceito dá-nos uma representação dessas realidades.

Assim, o conceito consiste na representação intelectual, abstracta e geral da essência de um conjunto de seres e justamente por nada afirmar ou negar, constitui o elemento básico do pensamento. É uma **síntese que reúne as características comuns (ou invariantes) de uma diversidade de seres ou acontecimentos.**

TERMO

O termo é a **expressão verbal do conceito**.

Um conceito pode ser expresso por diversos termos (ex: "cão", "dog" ou "chien" são termos que, em línguas diferentes, remetem para o mesmo conceito), assim como um termo pode expressar mais do que um conceito (ex: "canto", "compasso").

Os conceitos não são, em si mesmos, verdadeiros nem falsos; mas, do ponto de vista das regras lógicas, o conceito não deve reunir em si elementos contraditórios. Um *círculo quadrado*, uma

brancura negra ou um *vertebrado invertebrado* são termos que expressam seres impossíveis, dos quais não temos uma representação mental ou conceito. 0 conceito deve, pois, restringir-se ao campo da possibilidade lógica.

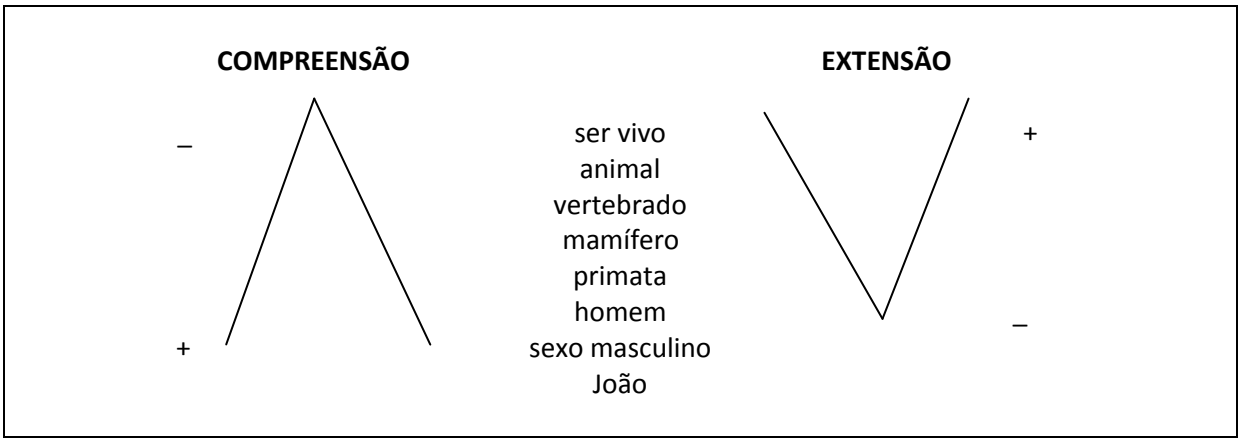
Ainda do ponto de vista lógico, importa não confundir termo com palavra, o termo pode ser constituído por uma ou por várias palavras. Quando são constituídos por mais do que uma palavra, os termos designam-se por expressões conceptuais, por exemplo, ser vivo, animal doméstico, homens que habitam o hemisfério norte.

Os conceitos e os termos podem ser considerados segundo a sua **extensão** e a sua **compreensão.**

EXTENSÃO – Corresponde ao conjunto de elementos ou objectos que por ele são abrangidos, isto é, os elementos de uma classe lógica que o conceito define (ex: a extensão do conceito CÃO corresponde a todos os cães, sejam eles caniches, dobermans, pastores alemães, são bernardos, …).

COMPREENSÃO – É o conjunto de características ou propriedades que caracterizam o conceito e são comuns a todos os elementos por ele abrangidos, ou seja, são as características essenciais que o definem (ex: a compreensão do conceito CÃO corresponde às características essenciais que definem todos os seres que formam a sua extensão – ser vivo, mamífero, quadrúpede, animal carnívoro, …).

Extensão e compreensão variam na razão inversa. Por outras palavras, quanto maior a extensão de um conceito (ou seja, quanto maior é o número de elementos a que o conceito se aplica), menor a sua compreensão (ou seja, a quantidade de características comuns) e vice versa. À medida que aumenta a extensão, diminui a compreensão; à medida que diminui a extensão, aumenta a compreensão. Vejamos um exemplo:



Sendo assim, o conceito de *ser vivo* é aquele que possui maior extensão e menor compreensão, enquanto que o conceito de *João*, designando apenas um indivíduo, é aquele que possui menor extensão (apenas um elemento) e maior compreensão (há mais características num só indivíduo do que características comuns a cem indivíduos humanos).Deste modo, podemos afirmar que um conceito possui maior compreensão (e, por conseguinte, menor extensão) do que outro, quando este é uma das características que fazem parte da definição daquele: mamífero faz parte da definição de homem.

Os conceitos que nos servem de exemplo - segundo esta sequência *ser vivo*, *vertebrado*, *animal*, *mamífero*, *primata, homem, sexo masculino* e *João* - estão dispostos por ordem decrescente quanto à extensão e por ordem crescente quanto à compreensão. Ou seja, a ordem decrescente de extensão coincide com a ordem crescente de compreensão e a ordem decrescente de compreensão coincide com a ordem crescente de extensão.

Laboratório de Lógica

1. Por que razão o conceito é o elemento essencial do discurso?

2. Esclareça a relação entre conceito e termo.

3. Disponha os seguintes conceitos segundo a compreensão crescente:
   J*oão, santomense, estudante, ser vivo, estudante do Liceu Nacional*
   animal, vertebrado, ossobô, ave, ser, vivente

4. Disponha os seguintes conceitos segundo a compreensão decrescente:
   africana, Alda do Espírito Santo, animal, animal racional, santomense

5. Disponha os seguintes conceitos segundo a extensão crescente:
   árvore, embondeiro, embondeiro específico, ser vivo, vegetal

Juízo e Proposição

JUÍZO **Operação intelectual que estabelece uma relação entre conceitos**, em que se afirma ou nega um conceito relativamente a outro.

PROPOSIÇÃO **Conteúdo expresso por uma frase declarativa que constitui a expressão verbal do juízo, podendo ser verdadeiro ou falso**.

Assim, nem todas as frases são proposições. Interrogar, ordenar, excla¬mar, pedir, chamar, prometer são exemplos de acções susceptíveis de serem traduzidas em frases que não se enquadram na categoria das proposições, porque não podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas. Apenas as frases declarativas com valor de verdade (ou seja, que podem ser consideradas ou verdadeiras ou falsas) constituem proposições.

Tipos de frases	Exprimem proposições?
Declarativas O automóvel do João é branco. As ideias perfeitas sabem cantar.	Algumas, **sim.** Outras, **não.**
Interrogativas Será que Deus existe?	**Não.**
Exclamativas Quem me dera ser imortal!	**Não.**
Promessas Prometo devolver-te o livro amanhã.	**Não.**
Prescritivas Não ultrapasses o limite de velocidade.	**Não.**

As proposições podem ainda ser:

- **Categóricas** - aquelas que afirmam ou negam sem restrições nem condições.
  Exemplo: *A lógica é uma área filosófica.*

- **Hipotéticas** - aquelas que afirmam ou negam sob determinadas condições.
  Exemplo: *Se estiver sol, vou à praia.*

- **Disjuntivas** - aquelas que afirmam ou negam em forma de alternativas que se excluem.
  Exemplo: *Ou canto ou estou calado.*

Tomemos o exemplo de uma proposição categórica:

A escola é cor de rosa.

Este é um exemplo em que se afirma que um determinado termo (*rosa*) convém a outro termo (*escola*). Quando formamos uma proposição, afirmamos ou negamos alguma coisa (o termo predicado) relativamente a outra coisa (o termo sujeito). As proposições são constituídas por dois termos (sujeito e predicado) unidos por uma cópula (é).

0 **sujeito** (*a escola*) é o ser a quem se atribui o predicado, o termo relativamente ao qual se afirma ou nega algo.

0 **predicado** (rosa) é aquilo que se diz do sujeito, podendo ser afirmado ou negado.

A **cópula** (é) é o elemento que relaciona o sujeito com o predicado.

Se o sujeito (S) e o predicado (P) representam o conteúdo ou a matéria da proposição, a cópula representa a sua forma, podendo ser afirmativa (é) ou negativa (nãoé).

Afirmar ou negar alguma coisa é, assim, a função própria da proposição. A fórmula clássica que representa esta relação é ***S é P***.

Importa sublinhar que há proposições que, embora formadas apenas por dois elementos (exemplo: *Joel vive, Ana Maria conhece)*, podem ser transformadas na **forma-padrão**, **ou forma canónica** (nos exemplos indicados, *Joel é vivente*, *Ana Maria é conhecedora*]. Inclusivamente, as proposições que não apresentam o sujeito explícito também podem ser reconduzidas àquela formulação - por exemplo, *Chove* equivale a *0 tempo é chuvoso.*

Por isso, algumas frases podem transformar-se numa proposição do tipo S é P, mesmo que sejam frases longas: por exemplo, *Todo o homem que trabalha na roça busca a verdade na experiência*

imediata equivale a *Todo o homem que trabalha na roça é buscador da verdade na experiência imediata.*

Dentro das **proposições categóricas** - aquelas que afirmam ou negam sem reservas, incondicionalmente -, Aristóteles estabeleceu quatro tipos, tendo em conta a qualidade e a quantidade.

As proposições podem ser classificadas através destes dois critérios:

- **Qualidade** (afirmativas ou negativas)
- **Quantidade** (universais ou particulares)

A **qualidade** de uma proposição refere-se ao seu **carácter afirmativo ou negativo**. Quando afirmamos, estamos a dizer que determinado predicado convém a determinado sujeito; quando negamos, estamos a dizer que determinado predicado não convém a determinado sujeito. Deste modo, as proposições podem ser afirmativas ou negativas.

A **quantidade**, por sua vez, refere-se à **extensão do sujeito da proposição**. A proposição é dita universal quando o sujeito é tomado em toda a sua extensão ou, se preferirmos, quando o predicado é afirmado ou negado de todos os elementos abrangidos pelo conceito.

Assim, obtemos quatro tipos de proposições possíveis:

- Universais afirmativas – **A** (Todo o S é P)
- Universais negativas – **E** (Nenhum S é P)
- Particulares afirmativas – **I** (Algum S é P)
- Particulares negativas – **O** (Algum S não é P)

Para designar os quatro tipos de proposições, a lógica clássica serve-se das seguintes vogais: **A, E, I, O**

Como forma de recordar:

AF**I**RMO (afirmativas) N**E**G**O** (negativas)

- Nos juízos é necessário saber se os seus termos estão ou não distribuídos, isto é, se estão a ser considerados no seu todo ou apenas em parte.
- Nas proposições universais (A e E), o sujeito está sempre distribuído.
- Nas proposições negativas (E e O) o predicado está sempre distribuído.
- Ou seja, as proposições de tipo E, têm os dois termos distribuídos, as de tipo I, não têm nenhum, as de tipo A só têm o sujeito e as de tipo O apenas o predicado.

Tipo de proposições	Sujeito	Predicado
A	**Distribuído**	Não distribuído
E	**Distribuído**	**Distribuído**
I	Não distribuído	Não distribuído
O	Não distribuído	**Distribuído**

Na linguagem corrente, é natural que as proposições não obedeçam a essa forma padronizada. Também os quantificadores referidos [todo, nenhum, algum] não se encontram necessariamente presentes. Mas **qualquer enunciado declarativo pode ser transformado em proposições categóricas na sua forma canónica**.

Exemplos:

Ser filósofo é ser honesto.

equivale a

Todos os filósofos são honestos. - Tipo A

Os artistas não são desportistas

equivale a

Nenhum artista é desportista. - Tipo E

Existem artistas que são santomenses.

equivale a

Alguns artistas são santomenses. - Tipo I

Nem todos os sábios são tolerantes

equivale a

Alguns sábios não são tolerantes. - Tipo O

Laboratório de Lógica

1. Indique quais dos seguintes enunciados podem ser considerados proposições e quais os que o não podem ser, justificando.

Fora daqui!
Posso entrar?
Os homens são honestos.
Platão nasceu em São Tomé.
João, vem almoçar!
Troveja.
Prometo que o farei.
A luz é intensa.

2. Refira dois exemplos de proposições para os vários tipos (A, E, I, 0).

3. Indique a letra correspondente às seguintes proposições (A, E, I, O):

a) *Alguns candidatos presidenciais desapontam as pessoas.*
b) *Nenhum líder do movimento feminista é um destacado gestor.*
c) *Os homens da Idade Média viviam outro tipo de costumes.*
d) *Nem todos os políticos são idiotas.*
e) *Há acidentes de trabalho que seriam evitáveis.*

Laboratório de Lógica

4. Apresente as seguintes proposições na sua forma canónica:

Existem comerciantes que são desonestos.
A virtude dignifica.
Nem tudo o que existe é belo.
Há advogados que não são ricos.
Ser matemático é gostar dos números.
Há ruas sombrias.
Os homens cantam.
Só há dias chuvosos.
Há dias que não são chuvosos.
Nem tudo o que existe é imperfeito.
Há quem seja poeta e escreva em prosa.
Há quem não tenha dinheiro e seja feliz.
Ser filósofo é ser sábio.
Todos os animais não são agressivos.
Determinados artistas são pensadores.

Raciocínio e Argumento

RACIOCÍNIO

Constitui a terceira operação do pensamento (depois do conceito e do juízo). É a **operação mental pela qual, de duas ou mais proposições, se extrai uma outra proposição em virtude das leis da lógica**. O raciocínio será a operação pela qual o intelecto, aplicando as leis da razão, passa do conhecido para o desconhecido.

ARGUMENTO

A **expressão verbal do raciocínio** é o argumento.

Mas não se enquadram na categoria de argumentos aqueles que são meros conjuntos de proposições sem qualquer conexão lógica entre si. Por exemplo:

Todos os seres humanos são inteligentes.
Os seres vivos não são pedras.
Logo, as tartarugas são animais.

0 que caracteriza o argumento é o nexo lógico que se verifica entre as premissas e a conclusão.

Antecedente { **Premissa** => Todos os habitantes do Príncipe são alegres.
Premissa => O António é um habitante do Príncipe.

Consequente { **Conclusão** => O António é alegre.

Sendo assim, o argumento tem subjacente uma **inferência ou raciocínio**, isto é, uma operação que efectua a transição lógica de uma proposição para outra - é a inferência que permite chegar a novas proposições (**conclusão**), tendo partido de outras (**premissas**).

É importante ser capaz de identificar qual das proposições de um argumento é a conclusão, pois esse é um passo fundamental para avaliar a consistência da inferência que a suporta. No nosso discurso formulamos muitos argumentos e usamos algumas expressões que indicam a presença de premissas e de conclusões.

Por exemplo,

0 desporto é saudável porque o desporto é uma actividade física e sabemos que esta é saudável.

Neste argumento, podemos, antes de mais, identificar as proposições que o compõem passando-as para a forma canónica:

Proposição 1 - Todo o desporto é saudável.
Proposição 2 - Todo o desporto é actividade física.
Proposição 3 - Toda a actividade física é saudável.

Para sabermos qual é a conclusão e quais são as premissas, podemos fazer uso dos indicadores que estavam presentes no argumento, a saber, o *porque* e o *sabendo que*. Quando usamos a palavra *porque*, tal significa que o que se segue é uma premissa, ou seja, a razão para aceitar algo. A expressão *sabendo que* é também um indicador de premissa, porque se está a admitir algo que já se sabe para fazer aceitar a conclusão. Assim, se a seguir ao *porque* e ao *sabendo que* estão premissas, então a conclusão só pode ser a que foi apresentada em primeiro lugar, ou seja, a conclusão corresponde à proposição 1. Primeiro apresentou-se a conclusão e só depois as razões para a aceitar.

Imagine agora outro exemplo:

Uma vez que quem tem boas notas é inteligente, o João é inteligente, pois teve boas notas.

As proposições são:

Proposição 1 - Todos as pessoas que têm boas notas são inteligentes.
Proposição 2 - 0 João é inteligente.
Proposição 3-0 João teve boas notas.

0 argumento, mais uma vez, apresenta apenas dois indicadores de premissa: *uma vez que* e *pois*. Se a seguir aos indicadores de premissa estão as razões, então a conclusão é a proposição 2, a única sem indicador algum.

Verifique ainda outro exemplo:

Tendo presente que as proteínas são essenciais à saúde e que o peixe tem proteínas, então o peixe é essencial à saúde.

Proposição 1 - Todas as proteínas são essenciais à saúde.
Proposição 2 - Todo o peixe tem proteínas.
Proposição 3 - Todo o peixe é essencial à saúde.

Neste caso, o argumento apresenta um indicador de premissa [tendo presente que] e um indicador de conclusão [então), pelo que seria fácil identificar a conclusão como sendo a proposição 3.

A seguir apresenta-se uma lista de vários exemplos de indicadores de premissa e de conclusão.

Indicadores de premissas	Indicadores de conclusão
porque pois sabendo que admitindo que pressupondo que partindo do princípio que dado que uma vez que já que	logo então por conseguinte portanto por isso consequentemente segue-se que infere-se que conclui-se que

Os **tipos de raciocínio mais comuns** são:

- a **analogia**;
- a **indução**;
- e a **dedução**.

"DIFERENTES TIPOS DE RACIOCÍNIO. O raciocínio é um acto mental que permite passar de certos juízos a outros juízos, ligando-os entre si; opera uma síntese entre juízos. (…)

[1] O RACIOCÍNIO DEDUTIVO. O raciocínio dedutivo ou dedução é uma síntese de juízos que permite estabelecer uma relação de necessidade lógica entre esses juízos. Dito de outro modo, sendo dados um ou vários juízos como verdadeiros, conclui-se a verdade necessária de outros juízos. O juízo ou os juízos que servem de ponto de partida chamam-se a ou as premissas e aquele ou aqueles a que se chega são a conclusão (…). O raciocínio dedutivo é absolutamente rigoroso.. (…)

[2] O RACIOCÍNIO INDUTIVO. O raciocínio indutivo, ou indução, consiste em generalizar uma propriedade ou uma relação verificadas num certo número de casos particulares para todos os casos análogos. Exemplo: agarro uma série de corpos que mantenho no ar e que depois solto. Constato: a pedra cai, a maçã cai, o lápis cai, etc. (…) induzo que todos os corpos não sustentados caem.

A indução permite passar do conhecimento dos factos ao das leis que os regem (lei da queda dos corpos, por exemplo) (…).

[3] RACIOCÍNIO POR ANALOGIA. Sendo conhecidas certas semelhanças entre objectos ou relações, supõe-se que existem ainda outras semelhanças entre esses objectos ou relações.

Exemplo:

Marte possui uma atmosfera como a Terra, ora na Terra existem seres vivos que respiram graças a essa atmosfera, então podemos supor que também existem seres vivos em Marte. Semelhanças conhecidas: atmosfera nos dois planetas. Semelhanças supostas: seres vivos nos dois planetas.

(…) O raciocínio por analogia apenas pode levar a uma maior ou menor probabilidade".

GEX,M., *Logique Formelle*, Neuchâtel, Ed. du Griffon, 1968

Laboratório de Lógica

1. Assinala com verdadeiro ou falso:

a. *O raciocínio é a operação mental que estabelece uma relação entre conceitos.*
b. *O raciocínio dedutivo é o mais rigoroso porque a conclusão segue necessariamente as premissas.*
c. *O raciocínio indutivo vai do geral para o particular.*
d. *O raciocínio por analogia é apenas provável.*

Tipo de Raciocínio	Definição	Validade lógica	Conclusão
Indução	Raciocínio que parte de proposições particulares para uma proposição universal ou de proposições no passado para uma outra no futuro	A conclusão vai além daquilo que está contido nas premissas. A verdade das premissas não garante a verdade da conclusão.	A sua conclusão é apenas provável. Trata-se por isso de um raciocínio informal.
Analogia	Baseando-se numa comparação de objectos diferentes, infere de certas semelhanças outras semelhanças.	A conclusão vai mais além do que aquilo que é afirmado nas premissas. A verdade das premissas não garante a verdade da conclusão.	A sua conclusão é apenas provável. Trata-se por isso de um raciocínio informal.
Dedução	Tipo de raciocínio em que, das premissas, se conclui uma nova proposição que delas decorre necessariamente e que se encontra já contida nelas.	Num raciocínio dedutivo válido, a verdade das premissas garante necessariamente, a verdade da conclusão.	A conclusão é necessariamente verdadeira se os princípios lógicos forem respeitados. É um raciocínio formal.

- Um argumento é um conjunto de proposições em que se pretende que uma delas (a conclusão) seja apoiada pelas outras (premissas)
- Uma premissa é uma proposição usada num argumento para defender uma conclusão
- Uma conclusão é a proposição que se defende, num argumento, recorrendo a premissas

Atenção! - Para um conjunto de proposições ser um argumento necessita de uma estrutura.

A maior parte dos argumentos não se apresenta na forma-padrão, isto é, não enuncia primeiro as premissas e depois a conclusão. Por isso, para analisá-los, devemos reescrevê-los na forma-padrão. Para identificar as premissas e a conclusão de um argumento devemos:

a) procurar indicadores de premissas (porque, visto que, por causa de, como, devido a)
b) procurar indicadores de conclusão (logo, portanto, então, daí que, por isso)
c) perguntar o que o argumento pretende demonstrar (conclusão) e quais as razões (premissas) que sustentam a conclusão.

Laboratório de Lógica

1. Os seguintes raciocínios são dedutivos, indutivos ou por analogia? Justifique.

a) O sol até hoje nasceu todas as manhãs. Logo, amanhã, o sol voltará a nascer.
b) Todos os filósofos são inteligentes. Logo, sendo Carlos filósofo, tal significa que ele é inteligente.

2. Indique a conclusão dos seguintes argumentos.

a) Temos boas razões para acreditar que a espécie humana continuará a existir. Sabendo isto e tendo consciência de que as nossas acções presentes poderão influenciar o bem-estar das gerações futuras, devemos ter cuidado com o que fazemos actualmente.
c) Não pode haver observação directa da dor porque ela é um estado de espírito.
d) Querem saber porque sei que os animais têm alma? Porque, em geral, o mais inferior dos animais é muito mais simpático e afectuoso do que muitos dos seres humanos.
e) Todos os seres humanos possuem uma inviolável dignidade. Por isso, o aborto é errado.

3. A distinção validade-verdade

Noções de verdade e de validade

Já vimos que os argumentos são constituídos por proposições e estas por termos. Os termos, enquanto expressam conceitos, não devem reunir em si elementos contraditórios. Devem sempre referir-se ao campo do possível. Uma vez que não afirmam nem negam, os termos não podem ser considerados verdadeiros nem falsos.

A verdade e a falsidade ocorrem apenas ao nível das proposições. É a estas que se atribui um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso. A verdade refere-se ao que é dito em cada uma das proposições, a que chamamos matéria ou conteúdo do argumento. De acordo com a teoria da verdade como correspondência ou adequação, aquilo que se afirma ou nega será verdadeiro se corresponder ou estiver de acordo com a realidade. Por outras palavras, uma proposição é verdadeira quando o que diz acerca do mundo traduz a natureza do mundo.

A validade e a invalidade são atributos dos argumentos. A validade refere-se à forma, isto é, ao modo como as proposições estão encadeadas e organizadas; não depende da verdade ou da falsidade das proposições, mas do modo como estão relacionadas as premissas e a conclusão. É o tipo de relação estabelecida, a que chamamos forma lógica, que determina a validade. No entanto, a validade de um argumento dedutivo é diferente da validade de um argumento não dedutivo.

Validade dos argumentos dedutivos

Os **argumentos dedutivos** são aqueles cuja verdade das premissas garante a verdade da conclusão. Um argumento dedutivo só é **válido** quando as suas premissas oferecem um apoio absoluto e completo à conclusão, de tal modo que é logicamente impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. Assim, podemos encontrar argumentos válidos com premissas e conclusão falsas, ou com premissas falsas com conclusão verdadeira; mas não podemos encontrar um argumento dedutivo válido com premissas verdadeiras e conclusão falsa.

Um argumento válido e com premissas verdadeiras é um argumento sólido.

Validade

- Os **argumentos** podem ser válidos ou inválidos, mas não podem ser verdadeiros nem falsos.
- As **proposições** podem ser verdadeiras ou falsas, mas não podem ser válidas ou inválidas.
- Um argumento dedutivo é **válido** se for impossível que as suas premissas sejam verdadeiras e a sua conclusão falsa.
- Um argumento dedutivo é **sólido** se for válido e tiver premissas verdadeiras.

Uma definição hoje muito comum e que se aplica a todas as formas de dedução é a que defende que, no processo dedutivo, se derivam certos enunciados de outros enunciados de um modo puramente formal [...].

O método dedutivo usa-se em todas as ciências - matemática, física, biologia, ciências sociais -, mas é particularmente apropriado nas ciências mais formalizadas, tais como a lógica, a matemática e a física teórica. Por meio desse método, é possível levar a cabo nessas ciências provas formais, nas quais se estabelece que as conclusões a que se chega são formalmente válidas.

MORA, Ferrater (1991), *Dicionário de filosofia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

De acordo com o texto, a dedução consiste em derivar «certos enunciados de outros enunciados de um modo puramente formal». Usado em todas as ciências, o argumento dedutivo é particularmente importante na lógica, na matemática e na física teórica.

Vejamos um exemplo:

Todos os professores são profissionais.
Antunes é professor.
Antunes é profissional.

Neste argumento - que é designado de **silogismo**, o qual, na sua forma regular, é constituído por três proposições e três termos relacionados entre si -, é logicamente impossível as duas premissas serem verdadeiras e a conclusão falsa. De facto, se for verdade que os professores são profissionais e que Antunes é professor, então é impossível que Antunes não seja profissional. No entanto, basta mudar a ordem pela qual os termos surgem nas proposições para que a verdade da conclusão já não seja garantida pela verdade das premissas.

Todos os professores são profissionais.
Antunes é profissional.
Antunes é professor.

Na realidade, mesmo que todos os professores sejam profissionais e mesmo que Antunes seja, de facto, profissional, nada nos garante que Antunes seja realmente professor - a conclusão não é garantidamente cer-ta, porque Antunes podia ser outro profissional qualquer [engenheiro, enfermeiro, construtor civil, etc).

Tal significa que a **forma lógica** do argumento, isto é, a sua estrutura, o modo como são encadeadas as proposições e como são dispostos os termos nas proposições, faz toda a diferença. Dela está dependente o facto de a verdade das premissas garantir a verdade da conclusão ou a verdade das premissas não garantir a verdade da conclusão. Assim, e se substituíssemos os termos das proposições por letras (S em vez de Antunes, P em vez de profissional e M em vez de professor), obteríamos a seguinte forma lógica para o primeiro argumento:

Todo o M é P.
Todo o S é M.
Todo o S é P.

Quando o argumento tem uma forma lógica tal que a verdade das premissas garante sempre a verdade da conclusão, diz-se que é um **argumento dedutivamente válido.**

Quando o argumento tem uma forma lógica tal que a verdade das premissas não garante a verdade da conclusão, diz-se que é um **argumento dedutivamente inválido**.

Com efeito, os argumentos dedutivos são aqueles que podem ser avaliados em função da sua forma lógica, da sua estrutura.

Alguns lógicos designam por argumentos fortes, seguros ou **sólidos** todos os argumentos válidos constituídos por proposições verdadeiras.

Validade dos argumentos não dedutivos

Os **argumentos não dedutivos** são aqueles em que a verdade das premissas apenas sugere a **plausibilidade** da conclusão ou a **probabilidade** de ela ser também verdadeira. Neste tipo de argumentos, as premissas apenas dão um suporte parcial à conclusão, não a garantindo necessariamente, pelo que a conclusão é apenas recomendada.

Por exemplo:

Algumas cajamangas são doces.
Logo, todas as cajamangas são doces.

Os argumentos não dedutivos não são avaliados em função da sua forma lógica. A sua validade é verificada em função do seu grau de probabilidade, de razoabilidade ou ainda de relevância.

Um dos exemplos de argumento não dedutivo é a indução. A indução é um tipo de raciocínio que nos conduz a uma conclusão que não deriva necessariamente das premissas, uma vez que aquela apresenta um conteúdo que vai para além do conteúdo destas, como acontece no exemplo anterior.

Laboratório de Lógica

1. Indique se as premissas e conclusões seguintes são ou não verdadeiras e se os argumentos dedutivos em que se integram são ou não válidos.

a) Todos os naturais de Guadalupe são santomenses.
Nenhum santomense é angolano.
Logo, nenhum angolano é natural de Guadalupe.

b) Todos os escritores são pintores.
Manuela Margarido é escritora.
Logo, Manuela Margarido é pintora.

c) Todos os poetas são santomenses.
Francisco José Tenreiro é poeta.
Logo, Francisco José Tenreiro é santomense.

2. Quando é que se pode afirmar que um argumento é dedutivamente válido?

3. Os argumentos não dedutivos garantem necessariamente a conclusão? Justifique.

4. Formas de inferência válida – Lógica Aristotélica

Lógica Aristotélica

Aristóteles (séc. IV a. C.) é considerado o criador da **lógica formal**, pela sistematização dos resultados anteriormente desenvolvidos e, principalmente, por ter estabelecido a estrutura formal do pensamento, determinando modos de avaliação da correcção dos raciocínios unicamente em função da sua forma.

Aristóteles procedeu à substituição dos termos concretos por variáveis simbólicas e reduziu todas as frases a uma mesma estrutura. A formalização facilitou a realização de operações lógicas pois, como é óbvio, trabalhar com frases formalizadas do tipo "Algum A é B" é muito mais prático do que utilizando a linguagem natural.

A lógica aristotélica foi o modelo de referência do pensamento lógico e científico até ao século XVI.

O silogismo categórico

O SILOGISMO

Existem várias formas de dedução das quais a mais conhecida é o silogismo. A sua estrutura foi formulada por Aristóteles. O silogismo é um raciocínio formado por duas proposições (premissas) relacionadas de tal modo que delas deriva logicamente uma terceira proposição que é a conclusão.

Tipos de silogismo (exemplos):

- **Categórico**: *Todos os vertebrados são animais*
  Os mamíferos são vertebrados
  Logo, todos os mamíferos são animais

- **Hipotético**: *Se chover estudo filosofia*
  Chove
  Logo, estudo filosofia

- **Disjuntivo**: *Ou rio ou choro*
  Rio
  Logo, não choro

Silogismo Categórico

Um **silogismo categórico** na sua forma canónica constitui-se por duas premissas, das quais se extrai logicamente uma conclusão, e três termos: termo maior, termo menor e termo médio.

T – termo maior : ocorre na premissa maior e é predicado na conclusão
t – termo menor: ocorre na premissa menor e é sujeito na conclusão
M – termo médio: ocorre nas duas premissas e não ocorre na conclusão, sendo o intermediário entre o termo maior e o termo menor.

Exemplo:

Todos os homens são mortais	Premissa maior
Sócrates é homem	Premissa menor
Sócrates é mortal	Conclusão

T – *mortais* **t** – *Sócrates* **M** – *homem*

FIGURAS DO SILOGISMO

A forma de um silogismo determina-se pela conjugação de seu **modo** e da sua **figura**.

A **figura** do silogismo depende do lugar que o termo médio ocupa nas premissas. Sendo quatro as possíveis posições, serão igualmente quatro as possíveis figuras.

1ª FIGURA

M é T
t é **M**
t é T

O termo médio é sujeito na premissa maior e predicado na premissa menor.

Exemplo: Toda a mulher é mortal.
Teresa é mulher.
Logo, Teresa é mortal.

2ª FIGURA

T é **M**
t é **M**
t é T

O termo médio é predicado em ambas as premissas.

Exemplo: Todo o homem é racional.
O cão não é racional.
Logo, o cão não é homem.

3ª FIGURA

M é T
M é t
t é T

O termo médio é sujeito em ambas as premissas.

Exemplo: Todo o mangustão é delicioso.
Todo o mangustão é fruta.
Logo, toda a fruta é deliciosa.

4ª FIGURA

T é **M**
M é t
t é T

O termo médio é predicado na premissa maior e sujeito na premissa menor.

Exemplo: Os santomenses são seres humanos.
Os seres humanos são mortais.
Logo, alguns mortais são santomenses.

MODOS DO SILOGISMO

- O modo do silogismo diz respeito ao tipo de proposições que constituem o silogismo. Os modos do silogismo dependem da forma como se combinam a quantidade e a qualidade (A, E, I e O) das três proposições que formam qualquer silogismo.

  Exemplo: silogismo com o modo AEE

  Todos os animais são seres vivos (A)
  Nenhuma rocha é ser vivo (E)
  Logo, nenhuma rocha é animal (E)

Os modos são 64 mas só 19 são válidos. Aqui ficam, por mera curiosidade os 19 modos válidos do silogismo:

Modos válidos de silogismos

I Figura	II Figura	III Figura	IV Figura
AAA	EAE	AAI	AAI
EAE	AEE	IAI	AEE
AII	EIO	AII	IAI
EIO	AOO	EAO	EAO
		OAO	EIO
		EIO	

REGRAS DE VALIDADE DO SILOGISMO CATEGÓRICO

As regras de validade do silogismo são três segundo Aristóteles. Durante a Idade Média foram apontadas oito, e são estas que a tradição acabou por consagrar no seu ensino.

1. Um silogismo apenas pode conter **três termos** (o maior, o menor e o médio)
2. **Nenhum termo** pode ter **maior extensão nas conclusões do que nas premissas**.
3. O **termo médio não** deve fazer parte da **conclusão**.
4. O **termo médio** deve, ao menos uma vez, ser **tomado em toda a sua extensão** (isto é, deve ser pelo menos uma vez universal).
5. De **duas premissas negativas não** se pode extrair qualquer **conclusão**.
6. De **duas premissas afirmativas não** se pode inferir uma **conclusão negativa**.
7. A **conclusão segue sempre a parte mais fraca**: se uma das premissas for negativa a conclusão deve ser negativa, se uma das premissas for particular a conclusão deve ser particular.
8. De **duas premissas particulares nada se pode concluir**.

1. Identifique nos silogismos seguintes os termos **maior, menor e médio**.

Todos os gaboneses são santomenses.
Todos os santomenses são africanos.
Todos os africanos são gaboneses.

Alguns seres humanos não são ricos.
Todos os ricos são inteligentes.
Alguns inteligentes não são seres humanos.

Certos animais são voadores.
Os répteis não são voadores.
Nenhum réptil é animal.

2. Indique o modo e a figura de cada um dos silogismos.

3. Crie um silogismo válido da 1.ª figura com o modo EIO.

4. Indique nos seguintes silogismos pelo menos uma regra que não tenha sido respeitada:

4.1. *Alguns jovens são ecologistas*
Alguns jovens são desportistas
Alguns desportistas são ecologistas

4.2. Todos os inimigos da liberdade são tiranos
Todos os ditadores são tiranos
Todos os tiranos são ditadores

4.3. Todos os são-tomenses são africanos
Alguns nigerianos são africanos
Alguns nigerianos são são-tomenses

4.4. Nenhum poeta sabe dançar
Marcelo é poeta
Marcelo sabe dançar

5. Escreva duas premissas (dos silogismos) que nos permitam obter as seguintes conclusões:

O José não é livre.
A filosofia é fundamental.

6. Explique por que razão são inválidos os seguintes argumentos, mostrando como cada um deles infringe duas regras de validade silogística. A análise de cada argumento deve ser precedida da sua apresentação na forma silogística e do enunciado das respectivas proposições na forma canónica.
a) *Há jornalistas que não são Rosas. As rosas não sonham. Certas jornalistas não sonham.*
b) Os deuses são imortais. O homem é imortal. Por conseguinte, o homem não é Deus..
c)Todos os sábios apreciam a beleza. Por outro lado, há jovens que são sábios. Logo, todo aquele que aprecia a beleza é jovem.
d) Há poetas que não valorizam a rima. Quem procura exprimir com clareza as suas ideias não valoriza a rima. Por isso, determinados poetas procuram exprimir com clareza as suas ideias.

Lógica Informal

1. Domínio da argumentação

A necessidade da argumentação

O nosso quotidiano é marcado por inúmeras situações que colocam a necessidade da argumentação:

-já fomos certamente confrontados com a necessidade de nos justificarmos junto dos nossos pais, ou de outras pessoas, por algumas acções;
-já tivemos de nos defender de algumas acusações dirigidas por colegas e demais pessoas;
- já nos foi pedida a nossa opinião sobre este ou aquele assunto;
-já discordámos do ponto de vista de alguém, iniciando, a esse propósito, um aceso debate.

Se o debate e a discussão se podem instalar, é porque a realidade em questão não é evidente, mas suscita, pelo menos, dois pontos de vista dife-rentes. Assim, ao nível das ideias, é incontornável a existência de pontos de vista divergentes.

A fim de mostrar que o seu ponto de vista vale mais do que o do seu interocutor, o orador terá de o tentar **convencer**, o que já exige o domínio de algumas habilidades argumentativas. Convencer implica, antes de mais, raciocinar e expressar verbalmente esses raciocínios sob a forma de argumentos.

A necessidade argumentativa decorre da dimensão comunicativa inerente ao carácter social do ser humano. Se a argumentação é, antes de mais, um acto comunicativo, então, tal como este implica um emissor, um receptor e uma mensagem, também o acto argumentativo implicará:

- um **orador ou retórico** (emissor);
- um **auditório** (receptor);
- uma **tese**, acompanhada de **argumentos** [mensagem).

A partir destes elementos, podemos distinguir os seguintes níveis na argumentação:

- a **opinião do orador**; ela pertence ao domínio do verosímil, quer se trate de uma tese, de uma causa, de uma ideia ou de um ponto de vista. Essa opi não existe enquanto tal antes de ser formulada como argumento (...);

- o **orador**, o que argumenta, em seu nome ou em nome de outrem (...). O orador é aquele que, dispondo de uma opinião, se coloca em posição de a transportar até um auditório e de lha submeter, para que ele a partilhe, isto é, faça dela sua;

- o **argumento** defendido pelo orador; trata-se da opinião formulada para convencer; a opinião intxoduz-se então num raciocínio argumentativo. O argumento pode ser apresentado por escrito (...), pela palavra, directa ou indirecta (...), pela imagem;

- o **auditório** que o orador quer convencer a aderir à opinião que lhe propõe; pode tratar-se de

uma pessoa, de um público, de um conjunto de públicos, ou mesmo, num caso limite, do próprio orador, quando ele procura «autoconvencer-se»;

- o **contexto de recepção;** trata-se do conjunto das opiniões, dos valores e dos juízos que um dado auditório partilha, que são prévios ao acto de argumentação e que vão desempenhar um papel na recepção do argumento, na sua aceitação, na sua rejeição ou na adesão variável que vai suscitar.

BRETON, Philippe (199S), *A Argumentação na Comunicação,* Lisboa, Publicações Dom Quixote

A argumentação é, assim, uma necessidade comunicativa vital para o ser humano, em sociedade. Não é um mero Luxo ao dispor de um estudante mais curioso: pretende-se dos estudantes de Filosofia que aprendam a pensar por si próprios, que formem e defendam os seus valores, pontos de vista, opiniões e crenças de um modo responsável e crítico.

Laboratório de Lógica

«Saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade. Não saber argumentar não será, por outro lado, uma das grandes fontes recorrentes de desigualdade cultural, que se sobrepõe, reforçando-as, às tradicionais desigualdades sociais e económicas? Não saber usar da palavra para convencer não será, no fim de contas, uma das grandes fontes de exclusão? Uma sociedade que não ofereça a todos os seus membros os meios de serem cidadãos, isto é, de terem uma verdadeira competência para usar da palavra, será verdadeiramente democrática?

BRETON, Philippe (199S), *A Argumentação na Comunicação,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 18.

1. Tendo em conta as questões que se levantam no texto, procure salientar os argumentos que apoiam a tese segundo a qual «saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade».

Distinção entre demonstração e argumentação

Vimos que a lógica estuda as condições de validade do raciocínio e do argumento, isto é, estuda as condições formais que o argumento deve cumprir para ser considerado correcto ou válido. Ao atender apenas à estrutura formal de um raciocínio ou da sua expressão linguística - o argumento -, a lógica deixa de lado o seu conteúdo, a sua matéria, a sua verdade material. A verdade e a falsidade da matéria (ou conteúdo) das proposições que fazem parte do raciocínio não podem ser detectadas pelas regras formais.

Uma vez que a racionalidade humana não se esgota na sua validade formal - esta seria uma perspectiva demasiado redutora -, passou a dar-se atenção aos argumentos que não dependem de critérios lógicos, mas sim de critérios dialécticos, isto é. a argumentos desencadeados a partir de opiniões geralmente aceites - entramos no domínio da **retórica**. Pode entender-se por retórica a arte de argumentar, a arte de bem falar, cujo objectivo é persuadir e convencer um auditório a respeito de determinado assunto, levando-o a aceitar que uma certa tese ou opinião é preferível àquela que se lhe opõe.

Percebemos assim em que medida os dois grandes domínios - **lógica formal e retórica** - implicam procedimentos distintos, embora não total-mente separáveis:

- para conduzir alguém a uma conclusão necessária e universal, precisamos apenas de o demonstrar seguindo os critérios da Lógica formal;
- para conduzir alguém a uma conclusão que é apenas verosímil, plausível, preferível e razoável, teremos de argumentar seguindo os critérios da retórica.

Demonstração	Argumentação
- visa mostrar a relação necessária entre a conclusão e as premissas;	- visa provocar a adesão do auditório;
- é do domínio da evidência, da necessidade, do constringente;	- é do domínio do verosímil, do plausível, do preferível, do provável;
- caracteriza-se peia univocidade própria da lógica e das suas regras;	- caracteriza-se pela equivocidade pró-pria da linguagem natural;
- permite uma única interpretação pela pobreza cia linguagem formal;	- permite uma pluralidade de interpreta-ções pela riqueza da linguagem natural;
- reduz-se a um cálculo lógico-formal;	- apresenta razões a favor ou contra uma determinada tese;
- é independente da matéria ou conteúdo;	- é dependente da matéria ou conteúdo;
- é impessoal ao nível da prova: a validade não depende em nada da opinião;	- é pessoal, pois dirige-se a indivíduos em relação aos quais se esforça por obter adesão;
- é isolada de todo o contexto;	-é contextualizada;
- é dominada pela autoridade lógica;	- é dominada pela intersubjectividade;
- é independente do orador e do auditório.	- é dependente do orador e do auditório.

Demonstrar é fornecer provas lógicas irrecusáveis, encadeando proposições de tal modo que, a partir da primeira, se é racionalmente constrangido a aceitar a conclusão.

Argumentar é fornecer razões a favor ou contra uma determinada tese ou conclusão, tendo por finalidade provocar a adesão das pessoas a essa tese, pelo que é necessário que ela lhes pareça razoável.

Apesar de se poder distinguir a demonstração da argumentação, tal facto não se traduz numa absoluta e definitiva separação dos dois domínios. Por um lado, no decurso de processos demonstrativos é-se forçado a recorrer à argumentação; por outro lado, a argumentação deve apoiar-se nas leis lógicas da demonstração. Nos diferentes discursos são combina¬dos processos simultaneamente demonstrativos e argumentativos.

Procura de adesão do auditório – *ethos, pathos* e *logos*

A procura de adesão do auditório, na arte de persuadir, foi devidamente notada por Aristóteles. Mas como fazemos com que o auditória adira àquilo que defendemos? No discurso argumentativo, Aristóteles distinguiu três tipos de provas: as provas baseadas no ***ethos***, no ***pathos*** e no ***logos***.

A relação retórica liga um orador e um auditório através da linguagem, o que lhes torna possível a comunicação. A dimensão do orador, Aristóteles chama-lhe *ethos,* já que nada é mais convincente nem mais sedutor do que a força moral, o carácter e as virtudes de autoridade de que deve fazer prova numa certa matéria aquele que procura persuadir ou agradar. A dimensão do auditório, Aristóteles caracteriza-a como *pathos,* porque aquele que ouve passivamente o discurso do orador é percorrido por paixões desencadeadas pelos enunciados proferidos (daí o conceito de emoção). Quanto à dimensão abarcada pela linguagem, Aristóteles chamou-lhe *logos,* que é definido simultaneamente pelo estilo e pela razão, pelas figuras e pelos argumentos, ou, como se diz hoje em dia, pelo figurado e pelo literal.

M. Meyec, M. M. Carrilho e 15. Tunmermans (2002), *História da Retórica,* Lisboa, Temas e Debates

Em síntese:

Ethos - é o tipo de prova centrado no carácter do orador. Este deve ser virtuoso e credível para conseguir a confiança do seu auditório.

Pathos - é o tipo de prova centrado no auditório. Este deve ser emocio-nalmente impressionado e seduzido.

Logos - é o tipo de prova centrado nos argumentos, no discurso. 0 dis-curso deve estar bem estruturado do ponto de vista lógico-argumentativo, para que a tese se imponha como verdadeira.

2.Falácias informais

O que é uma falácia?

Uma falácia não é apenas um argumento inválido, pois muitos argumentos inválidos não são falácias.

Uma falácia é um argumento mau ou inválido que tem a aparência de ser bom ou válido.

Temos um sofisma quando a falácia é cometida propositadamente, com o intuito de enganar ou persuadir o o auditório. Se a falácia ocorrer por descuido, distracção ou ignorância, isto é, se não for intencional, estamos perante um paralogismo.

Distinção entre Falácias Formais e Falácias Informais

Se no domínio da lógica são consideradas falácias formais os raciocínios que não cumprem as regras lógicas, as falácias informais dizem respeito ao discurso argumentativo, porque este é um discurso informal.

Assim, as falácias formais são erros de raciocínio que resultam exclusivamente da sua forma lógica. Assim um raciocínio pode ser aparentemente válido, mas na verdade defeituoso, imperfeito.

As falácias informais são erros argumentativos, aparentemente correctos, cuja invalidade não resulta de uma deficiência lógica mas sim do conteúdo do argumento, da sua matéria. Assim, as falácias informais dizem respeito ao domínio da linguagem natural comum.

Alguns tipos de falácias informais

1) Falácia ad hominem (ataque à pessoa):

Tipo de argumento que é dirigido contra o opositor. Em vez de se atacar ou refutar a tese de alguém, ataca-se a credibilidade da pessoa que a defende. Neste tipo de falácia, foge-se ao assunto propriamente dito.

Ex: *A tua tese não interessa para nada, porque és demasiado desonesto.*

2) Falácia ad misericordiam (apelo à misericórdia):

Também conhecida como falácia do apelo à misericórdia. Ocorre quando se apela ao sentimento de piedade ou compaixão para se conseguir a aceitação de determinada conclusão.

Ex: *Apesar de ter tido muitas negativas, esforcei-me ao máximo. Estou muito cansado. Tente compreender que é importante que passe de ano.*

3) Falácia de apelo à ignorância:

Ocorre sempre que confundimos as coisas e pensamos que a inexistência de prova é prova de inexistência.

Ex: *Nunca ninguém provou que há extraterrestres. Logo, não há extraterrestres.*

4) Falácia ad baculum (apelo à força):

Também conhecida como falácia do apelo à força. Ocorre quando se substitui a força da razão pela razão da força

Ex: *Se não queres ser despedido, deves concordar com a nossa política empresarial.*

5) Falácia ad populum (apelo ao povo):

É um tipo de falácia que pretende justificar uma afirmação com a premissa de que ela é defendida por todas as pessoas ou por um grupo numeroso ou importante de pessoas. Visa explorar as emoções, desejos e preconceitos do auditório.

Ex: *A Bíblia tem que ser verdadeira. Afinal há milhões de pessoas que acreditam nisso. Será que essas pessoas são todas estúpidas?*

Laboratório de Lógica

1. Indique as falácias presentes nos seguintes argumentos:

   a) Quem não acredita em Deus vai arder no inferno!
   b) É óbvio que não podemos confiar nele. Afinal, até a mulher o abandonou!
   c) Durante séculos procurou-se em vão encontrar uma forma de fazer da astrologia uma ciência. Por conseguinte, a astrologia não é uma ciência.
   d) A vaga de professor de Filosofia no colégio Sócrates deve ser dada ao professor Francisco. Com efeito, ele tem seis filhos para educar e a sua mulher está desempregada.
   e) Toda a gente sabe que a terra é plana. Por isso, não faz sentido continuares a pensar o contrário.

Filosofia do Conhecimento

1.Estrutura do acto de conhecer

O que é a filosofia do conhecimento?

Vamos estudar problemas de **filosofia do conhecimento** (ou **epistemologia**). A epistemologia é uma das disciplinas centrais da filosofia. Nesta disciplina, estuda-se a natureza do conhecimento, os seus requisitos e limites.

O leitor tem várias crenças. Mas quais das suas crenças é conhecimento, se é que alguma o é?

O que é o conhecimento?

O conhecimento não é mera crença. Se o leitor acreditar e afirmar que sabe algo e alguém acreditar e afirmar que sabe o oposto, então pelo menos um de vós tem de estar enganado. Quando duas pessoas acreditam em coisas contraditórias não podem ambas saber aquilo que afirmam saber. Pois uma das duas crenças tem de ser falsa. Acreditar meramente em algo, não importa quão ardentemente, não faz disso uma verdade. Para que se saiba algo, não temos somente de acreditar nisso; isso também tem de ser verdade. Mas será isto tudo o que é requerido? É o conhecimento mera crença verdadeira?

Suponha-se que alguém aposta regularmente em cavalos. Ele tenta sempre apostar em vencedores, mas raramente o faz. Contudo, está tão cheio de ilusória autoconfiança que sempre que faz uma aposta acredita ardentemente que o seu cavalo vai ganhar. Nas raras ocasiões em que o cavalo ganha, saberia o apostador que o cavalo dele iria ganhar? Claro que não. Ele poderia sentir-se completamente confiante, mas isso é outra história. Para se saber algo, não se pode apenas adivinhá-lo, mesmo que se acerte, e não o sabemos por maior que seja a confiança que depositamos no nosso palpite. Assim, que mais é necessário para o conhecimento, além da crença verdadeira?

Não será ter provas a resposta? Isto é, para o leitor ter conhecimento não precisará de estar conectado com a verdade daquilo em que acredita através das provas ou razões que tem para acreditar nisso? E não terão essas razões ou provas de ser adequadas para justificar a sua crença? O que torna implausível dizer que o apostador tem conhecimento mesmo que aposte num cavalo vencedor é que ele não tem boas razões ou provas para pensar que o cavalo em que ele aposta irá ganhar. Em vez disso, o apostador ganha por sorte.

Mas o que é que são provas? Quando são as provas adequadas? Estas são perguntas difíceis. Para não nos desviarmos do nosso problema, pressuponha-se para efeitos de discussão que sabemos o que faz de um pedaço de informação uma prova a favor de uma certa crença. Pressuponha-se também que sabemos qual a quantidade de provas necessárias para sustentar adequadamente uma crença. E ao pressupor que sabemos esta última coisa, não elevemos demasiado as nossas exigências. Em vez de pressupor que para as provas serem adequados para o conhecimento terão de estabelecer conclusivamente a verdade da crença que suportam, pressuponha-se que as provas são adequadas quando tornam, nas circunstâncias em que existem, a verdade de uma crença mais provável do que o seu contrário. Se estes pressupostos estiverem errados, podemos sempre reformulá-los mais tarde. Aceitando-os por agora irá simplificar as questões e ajudar-nos a manter-nos na direcção certa.

O conhecimento pode ser mais (ou menos) do que mera crença suportada por provas adequadas. Mas se o conhecimento for pelo menos isso, então uma das coisas que devemos perguntar às nossas autoridades é que provas têm elas para as coisas que afirmam saber. E uma das coisas que temos de perguntar a nós próprios, quando aceitamos certas pessoas como autoridades, é que provas mostram que essas pessoas são competentes e fidedignas.

- KOLAK, Daniel, MARTIN, Raymond, *Sabedoria sem Respostas: Uma Breve Introdução à Filosofia*, Temas e Debates, Lisboa, 2004, pp. 51-52

No texto anterior levanta-se, exactamente, uma das questões centrais do da filosofia do conhecimento ou epistemologia: o que é o conhecimento?

Além desta, algumas das perguntas centrais da epistemologia são as seguintes:

- Que tipos de conhecimento há?
- Como justificar o nosso conhecimento?
- Quais são as fontes do conhecimento?
- Será possível conhecer algo?

O objectivo deste e do próximo capítulo é estudar estes problemas.

Tipos de conhecimento

Que tipos de conhecimento há? Saber tocar piano, por exemplo, não é como saber que os pianos têm teclas. Nesta secção, vamos distinguir alguns tipos de conhecimento.
Saber andar de bicicleta é diferente de saber que andar de bicicleta é saudável. Mas existe algo em comum entre estes tipos de conhecimento: nos dois casos há um **sujeito** (que conhece) e um **objecto** (o que é conhecido).

Por exemplo:

a. O João sabe andar de bicicleta.
b. O João sabe que andar de bicicleta é saudável.

Ambas as frases exprimem uma relação de conhecimento entre o João e as coisas que ele sabe. No primeiro caso, o objecto de conhecimento é andar de bicicleta; no segundo, a ideia de que andar de bicicleta é saudável. Diz-se que o João é o sujeito do conhecimento ou o agente cognitivo. Por vezes, o objecto e o sujeito de conhecimento coincidem, pois o João também sabe que ele próprio existe, por exemplo, ou que se chama «João».

Mas que tipo de coisas sabemos? Vejamos os seguintes exemplos

1. O João sabe andar de bicicleta.
2. O João conhece Luís Figo.

Reparemos nos objectos do conhecimento do João. Em 1, o objecto do conhecimento é uma actividade (andar de bicicleta). Este é o tipo de conhecimento a que os filósofos chamam «**saber-fazer»**. Saber andar de bicicleta não é como conhecer Luís Figo. O objecto de conhecimento no caso 2 é um objecto concreto (Luís Figo) e em 1 é uma actividade. Além disso, conhecer Luís Figo é ter

algum tipo de contacto directo com ele, conhecê-lo pessoalmente. Podemos saber muitas coisas sobre Luís Figo, mas se não o conhecermos pessoalmente não dizemos que o conhecemos. O mesmo acontece com o conhecimento de uma cidade, por exemplo. Podemos saber muitas coisas sobre Paris, mas se nunca lá fomos, não dizemos que conhecemos Paris. A este tipo de conhecimento que temos quando conhecemos uma pessoa, uma cidade, etc., chama-se **conhecimento por contacto.** Alguns filósofos, como **Bertrand Russell**, defendem que não conhecemos realmente por contacto uma cidade ou uma pessoa, mas apenas as sensações que temos de uma cidade ou de uma pessoa. Contudo, hoje em dia, os filósofos usam a noção de conhecimento por contacto num sentido menos restrito.

Vejamos mais alguns exemplos:

3. O João sabe que Luís Figo é um jogador de futebol.
4. O João sabe que Londres é uma cidade.

Os filósofos chamam «**saber-que**» ao tipo de conhecimento expresso em 3 e 4. No caso do saber-fazer, o objecto do conhecimento é uma actividade. No caso do conhecimento por contacto, o objecto é uma pessoa ou lugar (um objecto concreto). No caso do saber-que, o objecto do conhecimento é uma proposição. Como vimos uma proposição é aquilo que é expresso por uma frase declarativa.
Quando dizemos que o João sabe que Londres é uma cidade, o que o João sabe é que a proposição expressa pela frase que está depois da palavra «que» («Londres é uma cidade») é verdadeira. Por outras palavras, saber que Londres é uma cidade ou que Luís Figo é um jogador de futebol é saber que é verdade que Londres é uma cidade ou que Luís Figo é um jogador de futebol. A este tipo de conhecimento também se chama **«conhecimento de verdades»** ou **«conhecimento proposicional»**, pois o seu objecto é uma
proposição verdadeira.

Praticamente tudo aquilo que aprendemos na escola é do tipo saber-que. Aprendemos **que** qualquer número multiplicado por zero dá zero, que Manuel Pinto da Costa foi o primeiro presidente de São Tomé e Príncipe, **que** o Sol é uma estrela, **que** a França fica no continente europeu, etc. Praticamente todo o nosso conhecimento científico, histórico, matemático, literário, etc. é deste tipo. Não é portanto de estranhar que os filósofos tenham centrado a sua atenção nesta noção de conhecimento. Por este motivo, iremos também centrar a nossa atenção neste tipo de conhecimento. Na próxima secção iremos estudar a natureza do conhecimento proposicional.

A definição do conhecimento proposicional – Crença, Verdade e Justificação

Já sabemos que o conhecimento resulta da relação entre o sujeito do conhecimento e o objecto do conhecimento.

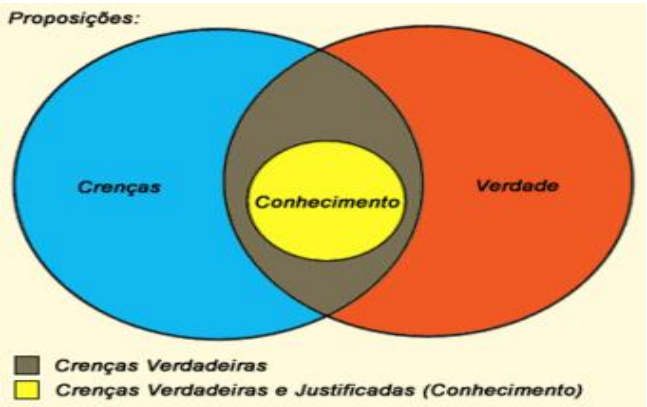
No entanto, uma crença/convicção/opinião é também uma relação entre um sujeito que tem uma crença em relação a um objecto. Por crença, entende-se qualquer tipo de convicção que uma pessoa possa ter. Assim sendo, se tanto o conhecimento como a crença relacionam um agente cognitivo com uma proposição, que relações existem entre o conceito de "crença" e o conceito de "conhecimento"?

a. Em primeiro lugar, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Contudo, não é uma condição suficiente para o conhecimento.
b. Para definirmos algo, procuramos não só as condições necessárias, mas também as razões suficientes dessa coisa. Se tivermos descoberto uma condição necessária, mas não suficiente, continuamos a procurar outras condições necessárias na medida em que, em muitos casos, um conjunto de condições necessárias acaba por ser uma condição suficiente.
c. Por exemplo, uma condição necessária para um ser humano é ser um hominídeo. Mas não é condição suficiente, dado que muitos hominídeos não são humanos. Outra condição necessária para ser um ser humano é ser racional; mas também não é suficiente, dado que poderão existir seres racionais extraterrestres (e nesse caso, não serão seres humanos). Mas se juntarmos as duas condições necessárias, ser um hominídeo e ser racional, obtemos uma condição suficiente para ser um ser humano.
d. Assim, duas das condições para que uma proposição seja considerada um conhecimento são que <u>ela seja uma crença</u> e que <u>seja verdadeira</u>.

A verdade é uma condição necessária para o conhecimento. Nenhuma crença falsa pode ser conhecimento, ainda que a pessoa que tem essa crença pense, erradamente, que é conhecimento. Isto significa que <u>o conhecimento é factivo – sem verdade não há conhecimento</u>.

Por exemplo, durante muito tempo julgou-se que a Terra estava imóvel no centro do Universo. Contudo, descobriu-se que tal era falso – não se sabia que a Terra estava no centro do Universo, apenas julgava-se saber que a Terra estava no centro do Universo. Assim, há diferença entre pensar que se sabe algo e saber realmente algo.

Tudo o que é preciso para que algo seja um conhecimento é que alguém tenha uma crença e que essa crença seja verdadeira?



A filosofia concluiu que a crença verdadeira não é suficiente para o conhecimento.

Além de verdadeira, a crença tem que ser justificada, para que possa haver conhecimento. Por exemplo, do facto de a crença do António de que vai passar de ano não se segue que ele saiba realmente que vai passar de ano. Mas, se para além de possuir uma crença verdadeira, o António tiver razões que suportem a sua ideia de modo adequado, ele sabe-o. Por exemplo, se ele acreditar que vai passar de ano porque tem boas notas a todas as disciplinas, então a sua crença verdadeira não é fruto do mero acaso, mas está justificada por boas razões: a sua crença é conhecimento.

A crença de alguém pode estar justificada sem que essa pessoa a consiga justificar explicitamente. O que importa é que a sua crença esteja justificada e não que ela saiba justificar explicitamente a sua crença. Por exemplo, sabemos que comer vegetais faz bem à saúde, ainda que não saibamos justificar explicitamente a razão disso.

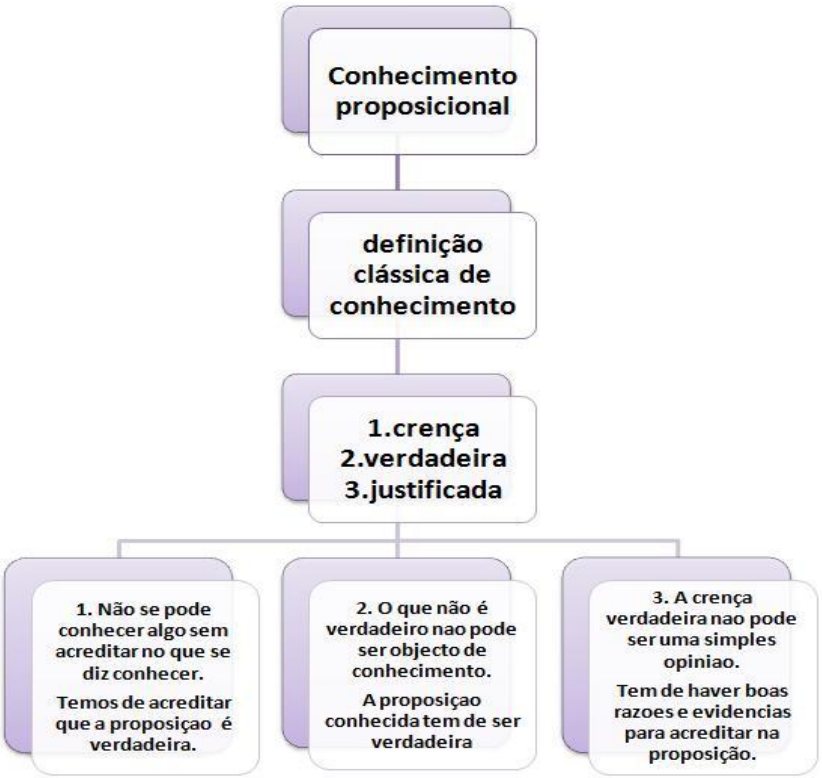
Deste modo, obtemos a seguinte definição de conhecimento:

S sabe que P se, e só se, a) S acredita que P
b) P é verdadeira
c) Há uma justificação válida para S acreditar que P.

Ou por outras palavras:

João sabe que Paris é a capital de França se, e só se,

- João acredita que Paris é a capital de França;
- É verdadeiro que Paris é a capital de França;
- João tem uma justificação para acreditar que Paris é a capital de França.



Laboratório de Filosofia do Conhecimento

1. O que se entende por condição necessária?

2. O que se entende por condição suficiente?

3. A crença é uma condição suficiente do conhecimento? E necessária?

4. Para que uma crença seja considerada conhecimento basta que a consideremos verdadeira? Porquê?

5. Atente nos seguintes casos e diga, justificando, se os podemos considerar conhecimentos:

a) O Pedro acredita que se o Pai Natal estiver satisfeito com a forma como se portou durante o ano, o seu sapatinho no Dia de Natal terá muitos presentes. Ao acordar na manhã do Dia de Natal, verifica com agrado que o sapatinho tem muitos presentes.

b) O Hugo acredita que o Porto vai ganhar o campeonato porque uma vidente lhe disse que tal aconteceria. O Porto ganhou o campeonato.

c) William Harvey no século XVII formulou a teoria de que o sangue circula no corpo deixando o coração pelas artérias e voltando pelas veias. Ele chegou a esta conclusão ao pensar: o coração é como o Sol e o sangue é como a Terra, logo, uma vez que a Terra gira em torno do Sol, o sangue deve girar em torno do coração.

Fontes de conhecimento

Um tema tradicional da epistemologia é a classificação e caracterização de diferentes fontes de conhecimento. Por exemplo, a fonte do nosso conhecimento de que a neve é branca parece bastante diferente da fonte do nosso conhecimento de que sete mais cinco são doze. Além disso, parece que há coisas que só podemos conhecer através de raciocínios, ou inferências, e não directamente. Nesta secção, vamos caracterizar as principais fontes de conhecimento.

Conhecimento *a priori* e *a posteriori*

Aparentemente, a fonte do nosso conhecimento de que 2 + 2 = 4 é diferente da fonte do conhecimento de que a neve é branca. Para saber que 2 + 2 = 4 basta pensar sobre isso. Mas para saber que a neve é branca temos de ver neve. Isto significa que a justificação do nosso conhecimento de que 2 + 2 = 4 é diferente da justificação do nosso conhecimento de que a neve é branca.

No primeiro caso, parece que a justificação para acreditar que 2 + 2 = 4 é o pensamento apenas, ou a razão. No segundo caso, a justificação para acreditar que a neve é branca é a experiência, ou os nossos sentidos.

Dá-se tradicionalmente os nomes de «conhecimento *a priori*» e «conhecimento *a posteriori*» a estes dois tipos de conhecimento. Também se chama «conhecimento empírico» ao conhecimento *a posteriori*:

Um sujeito sabe que P *a priori* se, e só se, sabe que P independentemente da experiência, ou pelo pensamento apenas.

Um sujeito sabe que P *a posteriori* se, e só se, sabe que P através da experiência.

A distinção entre conhecimento *a priori* e *a posteriori* encontra-se implícita em muito filósofos, mas foi com Immanuel Kant (1724-1804) que se tornou explícita:

"Designaremos doravante por juízos *a priori* não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência. A estes opõe-se o conhecimento empírico, o qual é conhecimento apenas possível a posteriori, isto é, através da experiência." (Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, 1787, trad. de Célia Teixeira, B2-B3)

Dois exemplos

Vejamos o seguinte caso:

1. Nenhum objecto totalmente azul é vermelho.

Não precisamos de recorrer à experiência para saber que **1** é verdade: basta pensar. Mas o próprio conceito de *azul*, de *vermelho* e de *cor* teve de ser adquirido pela experiência, vendo cores.

Apesar de adquirirmos os conceitos de *azul* e *vermelho* pela experiência, não precisamos de recorrer à experiência para saber que um objecto todo azul não pode ser vermelho. Isto porque não tivemos de ver todos os objectos azuis e vermelhos para descobrir tal coisa. Nem inferimos tal coisa por indução a partir dos objectos azuis e vermelhos que realmente vimos.

Considere-se agora 2:

2. Nenhum objecto totalmente azul é frágil.

Mesmo quem domina correctamente os conceitos de *azul* e de *fragilidade* não pode saber se **2** é verdadeira ou falsa sem olhar para vários objectos azuis, para saber se são frágeis ou não.

Isto contrasta com **1**. A partir do momento em que temos os conceitos de *azul*, *vermelho* e *cor*, sabemos que **1** é verdadeira. Por isso, dizemos que sabemos **1** *a priori*, mas só *a posteriori* podemos saber **2**, se **2** for verdadeira.

Laboratório de Filosofia do Conhecimento

1. Indique nas seguintes proposições se se trata de conhecimento *a priori* ou *a posteriori:*

a) Algumas laranjas são amargas.
b) Dois é mais do que um.
c) Nenhum cão é gato.
d) Os alunos do Liceu Nacional usam uniforme.

2. Análise de duas teorias explicativas do conhecimento

Será possível conhecer algo? E este problema que vamos estudar neste capítulo. Como vimos **sem justificação não há conhecimento**. Por isso, a questão da justificação é fundamental para responder à pergunta: **é possível conhecer algo**?

Alguns filósofos têm argumentado que, por mais fortes que sejam as nossas crenças e por melhores que nos pareçam as suas justificações, estas serão sempre insuficientes. Mas crenças insuficientemente justificadas não são conhecimento. Concluem, assim, que não chegamos verdadeiramente a conhecer o que quer que seja. Chama-se «**cépticos**» a estes filósofos e «**cepticismo**» à posição que defendem.

O problema da justificação

O modo mais comum de **justificar** as nossas crenças consiste em **apelar a outras crenças**. É desse modo que justifico a minha crença de que posso morrer se der um mergulho após o almoço; infiro-a de outras crenças, nomeadamente a crença de que os choques de temperatura enquanto se faz a digestão são frequentemente fatais.

Suponhamos que tenho a **crença A** e me perguntam como sei que A. O mais provável é apelar para uma outra crença, digamos B. Assim, **justifico a crença A com a crença B.** E só posso dizer que sei A na medida em que B for uma boa justificação para acreditar na verdade de A. Grande parte da justificação de crenças consiste, pois, em inferir umas crenças de outras. Mas é precisamente por isso que a justificação não funciona, argumentam os cépticos. Vejamos porquê.

O cepticismo

O argumento céptico da regressão infinita

Imaginemos que neste momento tenho a seguinte crença:

1. Estou em França.

Como poderei justificar a crença de que estou em França? Provavelmente, com qualquer coisa como:

2 . Estou em Paris.

Como se pode ver, inferi 1 de 2. Mas será que 1 fica deste modo justificada? O céptico argumenta que não. Para que 1 esteja justificada preciso de justificar também 2. Uma justificação possível de 2 é:

3. Estou a ver a Torre Eiffel.

De novo, 1 não estará justificada enquanto não se justificar 3, na medida em que 3 suporta 2 e 2 suporta, por sua vez, 1. Eis uma justificação para 3:

4. Estou a ver o do Sena, bem como os edifícios próximos, e são exactamente como o rio e os edifícios que vi nas fotografias da Torre Eiffel e livros sobre Paris.

Mas esta justificação apenas recua ainda mais. Como sei agora que estou a ver o rio Sena e como sei que é exactamente como vi nas fotografias de livros sobre Paris? Claro que poderia justificar isso dizendo que os meus olhos funcionam correctamente e que não tenho qualquer razão para pensar que me estão a enganar. Mas como sei que os meus olhos não me enganam? Torna-se claro que o problema, em vez de ficar resolvido, vai recuando sucessivamente.

Isto coloca-nos perante um processo que não tem fim, como argumentam os cépticos; coloca-nos perante uma **regressão infinita** da justificação.

▪ Dá-se uma **regressão infinita** sempre que se inicia um processo de recuo que não tem fim.

Se a justificação das nossas crenças é inferida sempre a partir de outras crenças, então nunca nos podemos dar por satisfeitos; as justificações que damos precisam elas mesmas de ser justificadas e, assim, o processo de justificação continua infinitamente. Deste modo, como sustentam os cépticos, nenhuma crença está justificada e, portanto, não podemos afirmar que conhecemos seja o que for. O argumento céptico central acerca do conhecimento tem, pois, esta forma:

1. Se há conhecimento, as nossas crenças estão justificadas.
2. Mas as nossas crenças não estão justificadas.
3. Logo, não há conhecimento.

É fácil ver que o argumento é dedutivamente válido. Assim, só podemos rejeitar a conclusão se alguma das suas premissas não for verdadeira.
A **primeira premissa** não levanta grandes dúvidas, pois limita-se a dizer algo que praticamente ninguém contesta: que a justificação é condição necessária para o conhecimento. Resta a premissa 2.
Mas a **segunda premissa** não é incontestada e carece de defesa. Ora, o argumento da regressão infinita usado pelos cépticos serve precisamente para mostrar que a premissa 2 do argumento central é verdadeira. Eis então o argumento da regressão infinita:

1. Toda a justificação se infere de outras crenças.
2. Se toda a justificação se infere de outras crenças, então dá-se uma regressão infinita.
3. Se há uma regressão infinita, as nossas crenças não estão justificadas.
4. Logo, as nossas crenças não estão justificadas.

E este argumento também é válido, pelo que, tal como foi feito em relação ao argumento central, a pergunta a fazer é: será que o **argumento da regressão infinita tem alguma premissa falsa**?
Na secção seguinte iremos ver como respondem os fundacionistas ao argumento céptico da regressão infinita.

Os argumentos do cepticismo

Que razões podem existir para o cepticismo (…)? Eis três argumentos a seu favor.

1. Erros no raciocínio. A maior parte do que acreditamos baseia-se em provas. Por exemplo, acreditamos que algumas medicinas curam algumas doenças, raciocinando a partir de provas sobre pessoas com essas doenças. Mas é fácil fazer erros ao raciocinar. Um pequeno erro pode fazer com

que toda uma cadeia de raciocínios dê para o torto. Uma garantia consiste em verificar o nosso raciocínio; mas isto não é verdadeiramente uma garantia, uma vez que a verificação é ela própria um raciocínio e pode facilmente dar para o torto. Supõe que existia um defeito profundo na forma como os seres humanos pensam. Isto corromperia todos os nossos raciocínios; mas uma vez que corromperia também o raciocínio que usamos para verificar o nosso raciocínio, nunca saberíamos que o nosso raciocínio tinha dado para o torto.

2. Ilusões perceptivas. Muitas vezes, as coisas não são como as vemos. Quando confiamos na visão e na audição formamos com frequentemente crenças falsas. Uma razão para isto é haver muitas ilusões: miragens, truques de perspectiva e luz, formas em que o sistema visual humano não funciona na perfeição. E depois há os sonhos e as alucinações, nas quais as pessoas pensam com frequência que estão a percepcionar coisas que nem sequer existem. Temos consciência das ilusões e alucinações porque contradizem o resto da nossa experiência. Mas isso apenas significa que podemos detectar pequenos erros. Os grandes erros, nos quais grande parte das nossas percepções é ilusória, são muito menos susceptíveis de serem detectados. (Num sonho não sabes normalmente que estás a sonhar.) Assim, podem existir ilusões que contaminem completamente as nossas percepções e que nunca reconheceremos como ilusões.

3. O nosso mau historial. Os seres humanos enganaram-se com frequência no passado. Outrora pensámos que a Terra era plana, e agora pensamos que é esférica. Os gregos antigos pensavam que a matéria era composta de átomos, e depois a ciência pensou que era continuamente divisível como um fluído, até que no fim do século XIX os cientistas começaram a acreditar outra vez em átomos. No século XVIII, Newton pensou que a luz era composta por partículas, mas os cientistas posteriores decidiram que em vez disso era composta por ondas — até que Einstein mostrou que têm de existir partículas de luz, chamadas "fotões". Qualquer teoria científica acabará por se revelar falsa. E qualquer teoria que lhe suceda acabará também por se revelar falsa. Contudo, as crenças científicas são aquelas de que temos mais razões para pensar que são verdadeiras; se estas crenças são falsas, então pouca esperança existe para todas as outras nossas crenças. Deste modo, temos razões para concluir que quase todas as nossas crenças são falsas.

NORTON, Adam, "As crenças e as suas qualidades"

Laboratório de Filosofia do Conhecimento

1. Resume cada um dos argumentos a favor do cepticismo.
2. Parecem-te bons argumentos? Justifica.

A resposta fundacionista

Os fundacionistas consideram que o argumento da regressão infinita da justificação tem, de facto, uma premissa falsa. É a primeira premissa (*toda a justificação se infere de outras crenças*). Sendo assim, a conclusão céptica é obtida à custa de uma premissa falsa.

De acordo com o fundacionismo, há dois tipos de crenças: as básicas e as não básicas.

- Uma **crença é básica** se não e justificada por outras crenças.
- Uma **crença é não básica** se é justificada por outras crenças.

As crenças básicas são de tal modo evidentes que não dependem de outras crenças. Digamos que estão auto-justificadas (justificam-se a si mesmas). São precisamente as crenças básicas que constituem os nossos fundamentos epistémicos. Daí o nome «fundacionismo» dado às teorias que fazem a distinção entre crenças básicas e não básicas. Na perspectiva dos fundacionistas, refuta-se o cepticismo encontrando **as bases sólidas**, ou os fundamentos, do conhecimento e mostrando que estas bases não são, nem precisam de ser, justificadas por outras crenças. Uma vez encontradas essas bases, **bloqueia-se a regressão** de que os cépticos falam.

A tese central do fundacionismo é a seguinte:

- Nem todas as crenças são suportadas por outras crenças. Há crenças básicas que não carecem de qualquer outra crença que as suporte e estas crenças são o suporte ou justificação de todas as outras crenças.

Uma boa maneira de compreender como os fundacionistas encaram o conhecimento é compará-lo com um edifício. O que sustenta o edifício são os alicerces. E são também *eles* que determinam a sua estrutura. Ora, os **alicerces do conhecimento** são as nossas **crenças básicas**. Resta apenas saber quais são as crenças básicas.

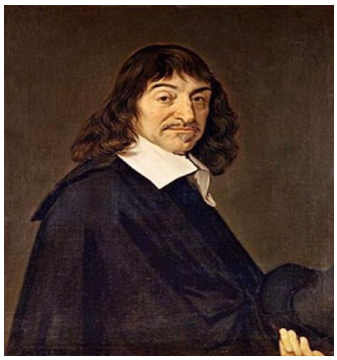
Há filósofos, como os britânicos **Locke** (1632-1704), **Berkeley** (1685-1753) e **Hume** (1711-1776), que defendem que as nossas crenças básicas são fornecidas pela **experiência**. Outros, como **Descartes** (1596-1650), defendem que são fornecidas pela **razão**. Há, assim, dois tipos de fundacionismo:

- **Fundacionismo clássico**: as crenças básicas são fornecidas pela experiência
- **Fundacionismo cartesiano**: as crenças básicas são fornecidas pela razão. O fundacionismo cartesiano é assim chamado por ser defendido por Descartes.

O RACIONALISMO DE DESCARTES

O projecto filosófico cartesiano é apresentado em duas obras fundamentais: *O Discurso do Método* e *Meditações Sobre a Filosofia Primeira*.

René Descartes (1596 -1650) foi um famoso matemático, cientista e filósofo francês. Foi o primeiro grande filósofo na época moderna a desenvolver um esforço sério para combater o cepticismo. As suas ideias sobre o conhecimento e a certeza, bem como sobre a relação entre corpo e mente têm sido muito influentes nos últimos três séculos.



Descartes distinguiu 3 tipos de ideias:

1 – Adventícias – oriundas dos sentidos;
2 – Factícias – elaboradas pela nossa imaginação (a partir das adventícias – ex: sereias, fadas, etc.);

3 – Inatas – nasceram connosco sem intervenção dos sentidos. Como tal, seriam verdadeiras, universais e necessárias.

Descartes valorizou apenas as ideias inatas, já que considerou que as restantes induzem ao erro. Expõe as linhas fundamentais do seu projecto: construir um sistema filosófico de inspiração matemática, que acabasse com toda a angústia provocada pelas dúvidas que a maior parte dos seus conhecimentos lhe provocavam.
Assim, propõe a Dúvida – não de uma forma radicalmente céptica (destrutiva), mas antes uma dúvida metódica, com intuitos construtivos.

O objectivo de Descartes é encontrar os fundamentos de todo o conhecimento: as crenças básicas em que se apoia todo o conhecimento. Enquanto não encontrar esses fundamentos, todo o conhecimento pode ser ilusório, o que daria razão aos cépticos. Como te deves lembrar, os cépticos defendiam a impossibilidade do conhecimento uma vez que as nossas crenças se fundavam noutras crenças. Descartes vai procurar a(s) crença(s) básica(s) a partir das quais é possível fundamentar o nosso conhecimento.

Assim, o trabalho de Descartes é mostrar por que razão os cépticos estão enganados. O que implica levar os seus argumentos (cépticos) muito a sério. Deste modo, Descartes pretende encontrar os princípios absolutamente claros e distintos, dos quais não é possível duvidar.

1. A dúvida metódica

Para mostrar que os cépticos estão enganados, Descartes propõe um método: a **dúvida metódica.**
A dúvida metódica consiste em tomar como se fossem falsas todas as nossas crenças acerca das quais se possa levantar a mais pequena dúvida. Assim, o objectivo da dúvida metódica é encontrar uma ou mais crenças indubitáveis.

Se o método funcionar, permitirá distinguir crenças de tal modo sólidas que nem o mais radical dos cépticos poderá recusar. Ora, se nem o mais radical dos cépticos pode duvidar de crenças assim, poderemos usá-las como fundamentos firmes para reconstruir, com base nelas, todo o nosso conhecimento. Essas crenças serão, pois, as crenças básicas de que precisamos para justificar todo o conhecimento.

Eis como, logo na primeira das suas famosas *Meditações*, Descartes explica estes dois aspectos do seu método:

> "Não será necessário provar que todas as minhas ideias são falsas, coisa que, em todo o caso, talvez jamais conseguisse levar a cabo. Mas porque a razão me persuade que devo evitar dar o meu consentimento de forma menos cuidadosa às coisas que não são completamente certas e indubitáveis do que às manifestamente falsas, basta encontrar a mais pequena razão de dúvida para as rejeitar todas. E, portanto, não preciso de examinar cada uma em particular, o que tornaria a tarefa infindável: porque uma vez minados os fundamentos, cai por si tudo o que sobre eles está edificado, atacarei imediatamente aqueles princípios sobre os quais as minhas antigas opiniões se apoiavam."
>
> DESCARTES, *Meditações sobre a Filosofia Primeira, 1641*

Assim, em vez de analisar uma a uma as suas crenças, ele irá aplicar o seu método, a dúvida, aos princípios fundamentais de cada um dos domínios do conhecimento: o conhecimento sensível e o conhecimento racional.

2. A hipótese do génio maligno

Descartes começa por apresentar argumentos cépticos para duvidarmos de todas as nossas crenças que se baseiam na experiência empírica. Um desses argumentos parte da ideia de que os nossos sentidos não são absolutamente fiáveis.

> "Sem dúvida, tudo aquilo que até ao presente admiti como maximamente verdadeiro foi dos sentidos ou por meio dos sentidos que o recebi. Porém, descobri que eles por vezes nos enganam, e é de prudência nunca confiar totalmente naqueles que, mesmo uma só vez, nos enganaram."
>
> DESCARTES, *Meditações sobre a Filosofia Primeira, 1641*

Temos então que os sentidos nos enganam algumas vezes. Nesse sentido, não podem constituir o fundamento básico do conhecimento que Descartes procura.

Temos também o argumento do sonho: nunca podemos distinguir por sinais completamente seguros o sono da vigília. Assim, é possível que estejamos a sonhar quando nos julgamos acordados e, portanto, talvez tudo aquilo que pensamos estar a observar não passe de uma ilusão.

Estes argumentos sugerem que tudo aquilo que julgamos conhecer através dos sentidos é duvidoso e que, portanto, as nossas crenças empíricas ou *a posteriori* não podem servir de fundamento para um conhecimento certo.

Mas podemos também colocar em dúvida crenças *a priori*, como as que temos na área da matemática, que nos parecem completamente certas. Descartes pensa, na verdade, que mesmo uma crença como a de 5 + 7 = 12 não é indubitável. Para mostrar que um céptico poderia colocar em questão as crenças deste género, Descartes introduz o **argumento do génio maligno**, o qual também nos permite questionar todas as crenças empíricas, sendo por isso mais vasto e radical que os argumentos anteriores.

A hipótese do génio maligno é uma experiência mental, através da qual Descartes nos convida a imaginar que existe uma espécie de deus enganador que, sem o sabermos, manipula os nossos pensamentos, Trata-se de um génio porque o seu poder é idêntico ao de um deus, mas não é um deus porque revela maldade ao querer enganar-nos.

Esse génio teria o poder de nos enganar sistematicamente, provocando em nós os estados mentais e as crenças que bem lhe apetecesse. O génio maligno conseguiria fazer-nos pensar que são obviamente verdadeiras proposições que afinal são falsas. Assim, uma crença do género 5 + 7 = 12, que pensamos ser obviamente verdadeira, poderá, afinal, ser falsa em resultado do poder desse génio.

Note-se que Descartes não nos diz que as coisas se passam realmente assim, ou seja, que existe um génio maligno, está apenas a dizer-nos que não podemos excluir à partida a possibilidade de esse ser existir, e que, se ele existir, quase tudo aquilo em que acreditamos será falso. Assim, as crenças *a priori* não passam no teste da dúvida metódica e, deste modo, é possível colocar quase tudo em dúvida. Será que resta alguma coisa?

3. A primeira certeza: o *cogito*

Vimos que enquanto a hipótese do Génio Maligno não for rejeitada, não podemos ter a certeza de que as mais elementares verdades matemáticas são realmente verdadeiras. Se isso vale para as verdades mais elementares e simples, mais se aplica ainda às mais complexas.

Será mesmo possível estarmos enganados acerca de tudo? Descartes diz que não. Afinal há mesmo proposições que passam o teste da dúvida metódica. Eis o que diz Descartes:

> "Resolvi supor que tudo o que até então encontrara acolhimento no meu espírito não era mais verdadeiro que as ilusões dos meus sonhos. Mas, logo em seguida, notei que, enquanto assim queria pensar que tudo era falso, eu, que assim o pensava, necessariamente era alguma coisa. E notando que esta verdade, eu penso, logo existo [**Cogito ergo sum**, em latim], era tão firme e tão certa que todas as extravagantes suposições dos cépticos seriam impotentes para a abalar, julguei que a podia aceitar, sem escrúpulo, para primeiro princípio da filosofia que procurava."
>
> DESCARTES, *Discurso do Método*, 1637

Descartes está a dizer-nos que não é possível duvidar da crença «penso, logo existo». Assim, parece que através da dúvida metódica encontrámos finalmente uma crença fundacional ou básica. Descartes defende que o cogito é uma crença básica: uma certeza inabalável.

• Chama-se **cogito** à crença «penso, logo, existo».
Descartes defende que o cogito é uma certeza que não se descobre por meio do raciocínio nem se infere de coisa alguma. Trata-se de uma intuição racional; uma evidência que se impõe ao pensamento como absolutamente clara e distinta.

A primeira premissa do argumento da regressão infinita parece, pois, definitivamente falsa (ou seja, que todas as nossas justificações se fundam em crenças). Afinal, nem todas as crenças são justificadas com outras crenças; isto porque encontrámos uma que, aparentemente, não tem necessidade de qualquer outra que a justifique.

«Penso, logo existo» é uma certeza que nenhuma dúvida pode abalar, pensa Descartes. Mas porquê? A resposta é a seguinte:

> "E tendo notado que nada há no eu penso, logo existo, que me garanta que digo a verdade, a não ser que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir, julguei que podia admitir como regra geral que é verdadeiro tudo aquilo que concebemos muito claramente e muito distintamente, havendo apenas alguma dificuldade em notar bem quais são as coisas que concebemos distintamente."
>
> DESCARTES, *Discurso* do Método, 1637

Assim, depois de descobrir uma crença fundacional, Descartes pergunta-se que característica tem essa crença que a torne indubitável. E a resposta é que essa crença, o cogito, é uma ideia clara e distinta.

Uma ideia clara e distinta é uma ideia que se apresenta com tal evidência ao nosso espírito que não podemos duvidar da sua verdade.

Através da dúvida metódica Descartes pensa ter descoberto duas coisas:

1. 0 **cogito**, isto é, uma crença fundacional.

2. 0 **critério da clareza e distinção**, que permite distinguir as ideias verdadeiras das falsas.

Note-se que a clareza e distinção não é um critério empírico ou *a posteriori*, mas racional ou *a priori* (por isso Descartes fala em conceber e não em ver ou sentir ou perceber). Munido deste critério, Descartes vai procurar outras ideias que consiga conceber clara e distintamente.

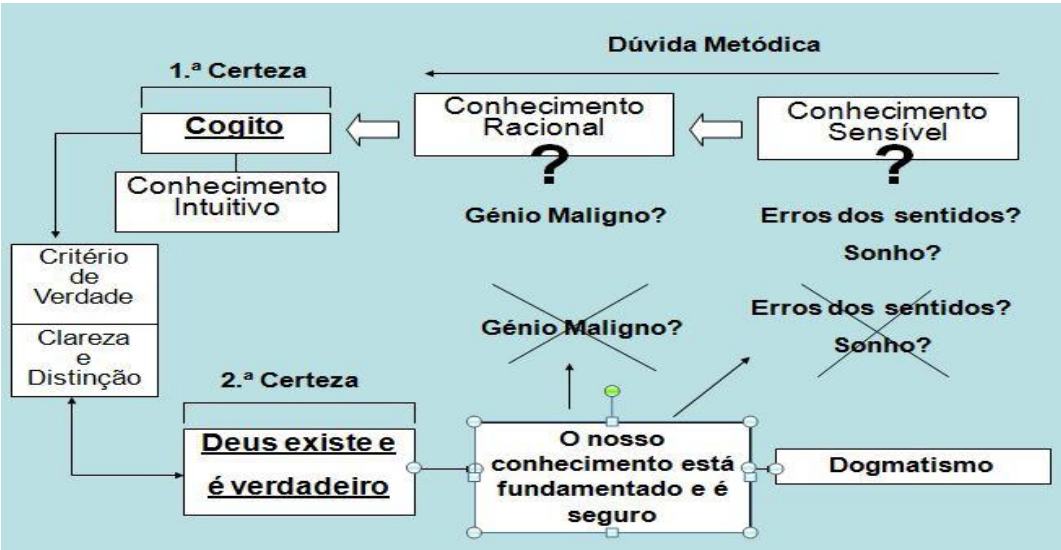
4. A segunda certeza: Deus

O homem não poderia ter a consciência de que é um ser imperfeito se não tivesse em si a ideia de perfeição. Assim, vê com clareza e distinção que a sua ideia de Deus é a de um ser perfeito.

É através da ideia inata (verdadeira, universal e necessária) de perfeição, Descartes procura validar a existência de Deus. Segundo ele, esta ideia não poderia ter origem em nada de imperfeito como um ser humano ou o mundo exterior, pelo que teria sido colocada em nós por um ser igualmente perfeito. Esse ser perfeito seria Deus, uma garantia da validade e da veracidade do conhecimento humano, desde que o homem usasse o seu entendimento de forma adequada – através do método.
Estabelecida a existência de Deus, a hipótese do génio maligno pode ser afastada. Como Deus não é malévolo, seguramente não pretende enganar-nos. Dado que as nossas ideias provêm de Deus, declara Descartes, não podem deixar de ser verdadeiras na medida em que forem claras e distintas.
A existência de Deus proporciona assim uma justificação para o critério das ideias claras e distintas. Sabemos que é verdadeiro tudo aquilo que concebemos clara e distintamente porque as se usarmos bem as nossas faculdades, confiando apenas no que compreendemos clara e distintamente, chegaremos de certeza à verdade e evitaremos o erro.

Podemos então estar seguros de que aquilo que nos rodeia não é uma ilusão: o mundo exterior é real e nós podemos conhecê-lo.

Resumindo, Deus valida as nossas pretensões ao conhecimento, permitindo-nos afastar o cepticismo. Dado que Deus existe, podemos realmente ter conhecimento e não estar enganados a respeito daquilo que julgamos saber.



Laboratório de Filosofia do Conhecimento

1. Qual o objectivo de Descartes ao iniciar a sua reflexão?
2. O que é a dúvida metódica?
3. De que modo essa dúvida lhe permitirá alcançar o seu objectivo?
4. Indica os três argumentos formulados por Descartes para duvidar das nossas crenças.
5. O que é a hipótese do génio maligno?
6. Qual a primeira certeza ou ideia fundacional encontrada por Descartes?
7. Para Descartes a ideia "Deus existe" é ou não uma certeza? Justifica.

O EMPIRISMO DE HUME

O fundacionismo clássico ou empirista está ligado ao empirismo, ao contrário do cartesiano, que está ligado ao racionalismo. Os empiristas clássicos foram **Locke**, **Berkeley** e **Hume**.

O fundacionismo clássico defende que o nosso conhecimento do mundo assenta basicamente na informação que os nossos cinco sentidos nos proporcionam. O fundacionista clássico procura dar conta daquilo que nos parece ser o modo mais natural de justificar as nossas crenças, alegando que «o mais vivido pensamento será sempre inferior à mais ténue das sensações», como diz Hume. Por outras palavras, o fundacionista clássico defende que as crenças básicas são *a posteriori,* contrariamente ao fundacionismo cartesiano, que defende que as crenças básicas são *a priori.*

Como diz **Locke:**

> Suponhamos, pois, que a mente é, como afirmamos, urna folha branca de papel, virgem de qualquer sinal, sem nenhuma ideia: como é que vem depois a recebê-las? [...] Respondo com uma palavra: da experiência. E nela que se funda todo o nosso conhecimento, é dela que definitivamente ele deriva. A nossa observação aplicada, quer aos objectos sensíveis externos, quer às operações internas, por nós percepcionadas e reflectidas sobre nós, eis o que fornece ao nosso entendimento todos os materiais do pensamento.
>
> LOCKE, John, *Ensaios Sobre o Entendimento Humano*, 1689, Livro II, cap. I, § 3

Ora, se todo o conhecimento substancial deriva da experiência, isso significa que qualquer crença substancial, desde que não seja acerca da nossa experiência, tem de ser justificada com base nela. Por isso, os empiristas procuram sistematicamente mostrar que todas as nossas crenças substanciais, por mais complexas que sejam, têm por base crenças simples acerca da nossa experiência directa. Por exemplo, não podemos saber directamente que todos os corvos são pretos. Tudo o que podemos é ver directamente cada um dos corvos. Mas é com base em cada uma das experiências particulares de corvos pretos que concluímos, por indução, que todos os corvos são pretos. Assim, mesmo as verdades mais gerais acerca do mundo acabam por se basear na

experiência directa, nomeadamente na observação. «Parece que vejo um corvo preto» é uma crença básica, mas «todos os corvos são pretos» é uma crença não básica.

O fundacionismo clássico responde à hipótese do génio maligno declarando, como **Hume**, que o cepticismo é irrefutável, sendo ao mesmo tempo impossível acreditar seriamente nas suas consequências. Segundo os empiristas, as nossas crenças naturais na existência do mundo exterior, por estarem baseadas na nossa experiência, são mais fortes do que os argumentos cépticos.

David Hume, filósofo escocês (1711-1776) , perseguiu o objectivo de desenvolver uma teoria da natureza humana, por meio da qual pretendia explicar o funcionamento da nossa mente. A sua epistemologia empirista, que é a parte fundamental dessa teoria, encontra-se essencialmente no Livro I do *Tratado da Natureza Humana* (1739) e na *Investigação sobre o Entendimento Humano* (1748).

1. Impressões e ideias

Para David Hume todo o conhecimento começa com a experiência. Os dados ou impressões sensíveis são as unidades básicas do conhecimento. O filósofo escocês divide o conteúdo do conhecimento em duas espécies de estados de consciência ou percepções:

- **Impressões**: correspondem aos dados da experiência, sendo os actos originários do nosso conhecimento. As impressões incluem as sensações externas (visuais, auditivas, etc…) e os nossos sentimentos internos (emoções, desejos, etc…).

- **Ideias**: são as representações ou percepções das impressões no pensamento.

Assim, se estamos a ver um objecto azul, estamos a ter uma impressão de azul, se estamos a imaginar ou a recordar um objecto azul, estamos a ter uma ideia de azul. Para Hume a ideia é sempre menos vívida e intensa que a impressão. A diferença entre impressões e ideias é simplesmente de grau e não de natureza. A ideia será uma cópia da impressão.

Para Hume, portanto, não existem ideias inatas, ou seja, todas as nossas ideias são formadas a partir da experiência, mesmo as mais elaboradas e abstractas. Como é que Hume explica isso?

- Uma das razões que Hume apresenta para defender que a única fonte do nosso conhecimento é a experiência é o facto de, por exemplo, uma pessoa cega de nascença não conseguir formar a ideia de azul, já que nunca teve qualquer impressão de azul.
- Por outro lado, as ideias mais complexas, que não correspondem a nada que tenhamos observado ou sentido antes, resultam da combinação imaginativa de ideias simples. Por exemplo, a ideia de um cavalo azul resultará da combinação das ideias simples (derivadas das impressões) de azul e de cavalo.

2. O que podemos conhecer: conhecimento de ideias e conhecimento de factos

Para Hume apenas existem dois tipos de proposições que podemos conhecer: as proposições que resultam de uma relação de ideias, isto é, analíticas, e as proposições empíricas, que são verificáveis pelos sentidos ou pela introspecção.

- Nas proposições analíticas, como por exemplo, “Um quadrado tem quatro lados” ou “Um dia húmido não é um dia seco”, a verdade ou falsidade depende apenas dos seus termos. Assim, Hume afirma que estas são verdades necessárias (não podemos negá-las sem nos contradizermos) mas que nada dizem sobre o que existe no mundo. A sua verdade está já contida no seu conteúdo sendo por isso *a priori.*

- Nas proposições empíricas, o conhecimento é *a posteriori* pois o seu valor de verdade baseia-se em factos da experiência que podem ser comprovados. Assim, as frases empíricas são verdadeiras ou falsas consoante se adequam ou não à realidade. Por exemplo, a proposição “A água é fresca” ou a proposição “Sinto-me aborrecido a ler este texto” podem ser verificados pelos sentidos, no primeiro caso, e pela introspecção, no segundo. Ao contrário do que acontece com as proposições analíticas, a verdade destas proposições é contingente, ou seja, afirmar o seu contrário não é contraditório.

Se apenas as proposições analíticas ou empíricas podem constituir conhecimento, isso significa que, para Hume, proposições como “Deus existe”, “A vida faz sentido” ou “A alma é imortal” não são conhecimento. Isto porque não são analíticas, isto é, verdades necessárias, nem podem ser comprovadas empiricamente. Portanto, nenhuma crença metafísica é conhecimento.

Todas as nossas ideias derivam de impressões sensíveis. A toda e qualquer ideia tem de corresponder uma impressão porque as ideias são imagens das impressões. Do que não há impressão sensível não há conhecimento.

Laboratório de Filosofia do Conhecimento

1. Selecciona a opção correcta.

1.1. Para Hume as ideias:
a) São inatas, isto é, existem à partida na nossa mente sendo posteriormente confirmadaspela experiência.
b) São cópias das impressões, isto é, resultam do contacto empírico que temos com a realidade, mesmo as mais complexas.
c) Correspondem aos dados da experiência, sendo os actos originários do nosso conhecimento.

1.2. Uma proposição metafísica:
a) Não é conhecimento, porque não pode ser verificada empiricamente e não é uma verdade analítica.
b) É conhecimento, porque a sua verdade está já contida no seu conteúdo sendo por isso *a priori.*
c) Não é conhecimento, porque não pode ser verificado pela introspecção.

Qual a origem do nosso conhecimento?

- A esta questão Descartes responde dizendo que o nosso conhecimento tem a sua fonte de certeza e objectividade na razão
- Assim, o que garante a certeza e verdade do nosso conhecimento é intuitivo e *a priori*
- Nessa medida, dizemos que Descartes é RACIONALISTA

Qual a origem do nosso conhecimento?

- A esta questão Hume responde dizendo que o nosso conhecimento tem a sua fonte na experiência
- Assim, o que garante a certeza e verdade do nosso conhecimento é *a posteriori* e chega-nos pelo contacto com as coisas
- Nessa medida, dizemos que Hume é EMPIRISTA

É possível o conhecimento?

- Descartes parte da dúvida e chega à certeza do conhecimento.
- Descartes aproxima-se por isso do dogmatismo pois defende que existem ideias inatas na nossa razão, absolutamente indubitáveis, e que garantem a verdade e objectividade dos nossos conhecimentos.

É possível o conhecimento?

- Hume diz que só é possível conhecer aquilo que é passível de ser empiricamente comprovado
- Hume é por isso um céptico moderado pois, apesar de não pôr em causa todo o nosso conhecimento, diz-nos que existem limites para o mesmo, afastando-se assim de todo e qualquer dogmatismo

Laboratório de Filosofia do Conhecimento

1. Identifica a corrente patente nas frases que se seguem (empirismo ou racionalismo):

a) Todo o nosso conhecimento provém da experiência. _____
b) A razão é a origem do conhecimento universal e necessário. _____
c) O conhecimento é inato. _____
d) Nega a existência de ideias ou conhecimentos inatos. _____
e) O nosso entendimento é como uma página em branco. _____
f) A experiência marca os limites do conhecimento. _____
g) Só são consideradas verdadeiras as ideais que se baseiam em impressões. _____
h) O conhecimento é o resultado de uma construção racional. _____
i) A alma é como uma tábua rasa, vazia de ideias. _____
j) Fonte do conhecimento é a experiência sensível da realidade. _____
k) O modelo matemático é a referência fundamental do conhecimento científico, devido ao seu carácter racional e estritamente abstracto. _____
l) Não existem ideias inatas, porque todas as ideias, inclusive as mais complexas e abstractas, têm origem na experiência. _____
m) A experiência é o limite de todo o conhecimento possível. _____
n) Aspira a um modelo teórico puramente racional, universal e necessário, válido para o ser humano e para toda a natureza. _____
o) Não existe nada no entendimento que não tenha passado previamente pelos sentidos. _____

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Almeida, TEIXEIRA, Célia, MURCHO, Desidério, MATEUS, Paula, GALVÃO, Pedro, *Arte de Pensar 10 e 11*, Didáctica Editora

- PAIVA, Marta, TAVARES, Orlanda, BORGES, José Ferreira, *Contextos. Filosofia 11º Ano*, Porto Editora

- POLÓNIO, Artur, VAZ, Faustino, CRISTOVÃO, Teresa, *Criticamente. Filosofia 11º Ano*, Porto Editora

- RODRIGUES, Luís, *Filosofia 11º Ano*, Plátano Editora